



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Cecília Barbosa Mané

A REABILITAÇÃO NA CIDADE DE BISSAU UMA ESTRATÉGIA PARA O SEU DESENVOLVIMENTO

Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura,
orientada pela Professora Doutora Margarida Relvão Calmeiro
e apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia
da Universidade de Coimbra.

Julho de 2019



Cecília Barbosa Mané

**REABILITAÇÃO DA CIDADE DE BISSAU.
UMA ESTRATÉGIA PARA O
DESENVOLVIMENTO.**

**Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura orientada pela
Professora Doutora Margarida Isabel Barreto Relvão Calmeiro e apresentada ao
Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra**

Julho de 2019

“A Arquitetura é a arte que determina a identidade do nosso tempo e melhora a vida das pessoas.”

Santiago Calatrava

“O edifício bom não é o que fere a paisagem, mas sim aquele que a torna mais bonita do que era antes de ele ser construído.”

Frank Lloyd Wright

“A sustentabilidade consiste em construir pensando no futuro.”

Renzo Piano

Agradecimentos

Agradeço toda a disponibilidade e acompanhamento da Professora Doutora Margarida Isabel Barreto Relvão Calmeiro enquanto orientadora da minha dissertação de Mestrado, bem como do Professor Doutor Adelino Gonçalves pelo conhecimento partilhado, assim como à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, pela colaboração, ensinamentos e esclarecimentos em todo o processo de feitura da dissertação.

E agradeço também às entidades públicas e privadas da Guiné-Bissau, por me terem facultado informações importantes para a elaboração desta dissertação, e a todos aqueles que tiveram dispostos a colaborar na fase de recolha de dados para o estudo que é objeto desta dissertação.

Dedicatória

Dedico este trabalho, antes de mais, à minha família: aos meus pais porque comigo viram concretizado um sonho;

Aos meus amigos e colegas de curso, por todas as partilhas, esclarecimento de dúvidas, apoio e amizade durante estes 6 anos de vida académica.

Resumo

O trabalho aqui apresentado parte de uma análise da realidade da cidade de Bissau, o centro urbano e a sua periferia e as suas potencialidades para o desenvolvimento, para depois propor uma estratégia de desenvolvimento centrada na valorização da identidade e no aproveitamento dos seus recursos.

Esta estratégia passa por um conjunto de ações pensadas para a regeneração da cidade de Bissau, como também para o desenvolvimento do país.

Este desenvolvimento parte de questões urbanas, abrangendo a economia, a demografia, o turismo e entre outros, mas acima de tudo procura sempre ter o cidadão e a sua qualidade de vida como peça fundamental.

A reabilitação urbana é o instrumento adequado para pôr fim às principais preocupações que se fazem notar em Bissau, sob o ponto de vista urbanístico, sendo claro, como adiante se demonstrará, que a realidade Guineense carece de um sem número de intervenções de reabilitação que permitam, por um lado, a proteção e valorização do património edificado, por outro, o restabelecimento da coesão urbana e ainda, o desenvolvimento económico por via da recapacitação da cidade capital.

Palavras-chave: *planeamento urbano; degradação urbana; reabilitação; requalificação urbana; desenvolvimento social e económico;*

Abstract

The work presented here begins with the analysis of the reality of the city of Bissau, the urban center and its periphery and its potential for development, and then propose a development strategy focused on the valorization of identity and the use of its resources.

This strategy involves a set of actions designed for the regeneration of the city of Bissau, as well as for the development of the country.

This development starts from urban issues, covering the economy, demography, tourism and others, but above all, it always seeks to have the citizen and his quality of life as a fundamental piece.

Urban rehabilitation is the appropriate instrument to put an end to the main concerns that are noted in Bissau, from the urban point of view, and it will be clear, as will be shown below, that the Guinean reality lacks a large number of rehabilitation interventions that allow, on the one hand, the protection and enhancement of built heritage and, on the other hand, the restoration of urban cohesion and economic development by means of the reconstitution of the capital city.

Key words: *urban planning; Urban degradation; rehabilitation; urban requalification; social and economic development;*

Lista de Abreviaturas

APPRI	- Acordo sobre a Promoção e a Proteção Recíprocas de Investimentos
BADEA	- Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África
CEDEAO	- Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEDT	- Convenção para Evitar a Dupla Tributação
CMB	- Câmara Municipal de Bissau
COBACHREM	- Community-Based Cultural Heritage Resources Management
DGOTDU	- Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
EAGB	- Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau
GBI	- Guiné-Bissau Investimentos
GUC	- Gabinete de Urbanização Colonial
HUL	- Historic Urban Landscape (paisagens Históricas Urbanas)
IBAP	- Instituto da Biodiversidade e das áreas protegidas
INEP	- Instituto Nacional de Estatística e Pesquisas
NSDS	- National Sustainable Development Strategy
ODS	- Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	- Organização das Nações Unidas
PAIGC	- Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PALOP	- Países de Língua Oficial Portuguesa
PDM	- Plano Diretor Municipal
PGU	- Plano Geral de Urbanização
PIB	- Produto Interno Bruto
PMBB	- Plano de Melhoramentos dos Bairros de Bissau
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP	- Plano de Pormenor
STCDA	- Autoridade de Conservação e Desenvolvimento de Stone City
UAC	- Universidade Amílcar Cabral
UDIB	- União Desportiva Internacional de Bissau
UE	- União Europeia
UEMOA	- União Económica e Monetária do Oeste Africano
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	- United Nations International Children's Emergency Fund

ÍNDICE GERAL

Resumo	9
Abstract.....	11
Lista de Abreviaturas.....	13
Introdução	23
1. Desenvolvimento, Património e Sustentabilidade.....	29
1.1. O Desenvolvimento Sustentável	31
1.2. Exemplo de caso de articulação de Gestão de Património Cultural e Sustentabilidade.....	41
2. A Guiné-Bissau	51
2.1. Enquadramento Geográfico	53
2.2. Evolução e Contexto histórico	67
2.3. Tradições, Cultura e Património.....	75
2.4. Iniciativas Públicas e Privadas de Desenvolvimento	83
3. A Cidade de Bissau.....	93
3.1. Evolução Urbana	95
3.2. Planos e Planeamento	109
4. Uma estratégia para a área central de Bissau.....	119
4.1. Área central de Bissau. Análise e Diagnóstico	121
4.2. Bissau. Que futuro?	125
4.3. Eixo 1- Valorização da cultura local e dos recursos endógenos	129
4.4. Eixo 2- Reabilitação de Edifícios e de espaços públicos.....	135
4.5. Eixo 3- Melhoria de acessibilidade.	147
4.6. Eixo 4- Revisão/ Elaboração de Instrumentos de Planeamento e Gestão Urbanística.....	149
Considerações Finais	153
Referências Bibliográficas.....	159
Anexos	177
Anexo I – Edificado degradado em Bissau.....	178
Anexo II – Edificado objeto de obras de recuperação.....	186

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1 – Relação entre a economia, sociedade e ambiente	34
Fig. 2 – Plano Ng'ambo.....	50
Fig. 3 – Localização geográfica da Guiné-Bissau.....	54
Fig. 4 – Mapa da Guiné-Bissau.....	54
Fig. 5 – Fauna e Flora da Guiné-Bissau	56
Fig. 6 – Arquipélago dos Bijagós.....	56
Fig. 7 – Distribuição territorial dos grupos étnicos.....	76
Fig. 8 – Desfile de Carnaval	80
Fig. 9 – Máscaras de Carnaval.....	80
Fig. 10 – Esculturas em madeira.....	82
Fig. 11 – Pano de Pente	82
Fig. 12 – Chabéu/Caldo de Chabéu.....	82
Fig. 13 – Bolama (antiga Capital Colonial).....	84
Fig. 14 – Manual de boas práticas.....	90
Fig. 15 – Projetos elaborados pelo GUC	96
Fig. 16 – Plano de Urbanismo de Bissau de 1948	98
Fig. 17 – Expansão da cidade	100
Fig. 18 – Bairros da Cidade de Bissau	102
Fig. 19 – Valeta de Drenagem	102
Fig. 20 – Eixo estruturante da Cidade	104
Fig. 21 – Táxis	104
Fig. 22 – Toca-Toca	104
Fig. 23 – Trânsito na Avenida Principal.....	106
Fig. 24 – Serviços.....	106
Fig. 25 – Exemplo de Cinemas em Bissau	108
Fig. 26 – Plano Gral de Urbanismo de 1996	110
Fig. 27 – Palácio da República (Bissau), antes da intervenção de reabilitação	114
Fig. 28 – Palácio da República (Bissau), após intervenção de reabilitação	114
Fig. 29 – Praça dos Heróis Nacionais (Bissau), após intervenção de reabilitação	116
Fig. 30 – Museu Etnográfico (Bissau), antes de intervenção de reabilitação.....	116
Fig. 31 – Museu Etnográfico (Bissau), após intervenção de reabilitação	116
Fig. 32 – Mercado Central (Bissau), antes da intervenção de reabilitação	118
Fig. 33 – Mercado Central (Bissau), projeto (fachada) e obras a decorrer	118
Fig. 34 – População limpando a cidade.....	118
Fig. 35 – Cartazes da Iniciativa de Limpeza.....	118

Fig. 36 – Centro Histórico	122
Fig. 37 – Área selecionada.....	128
Fig. 38 – Cartaz de festivais Culturais	132
Fig. 39 – Proposta de local para a implantação da Feira de Artesanato.....	134
Fig. 40 – Edifícios e espaços públicos a Reabilitar/Requalificar.....	136
Fig. 41 – Grand Hotel Bissau.....	138
Fig. 42 – Exemplo de novas Estruturas Hoteleiras no Centro	138
Fig. 43 – Aspeto atual da Marginal.....	140
Fig. 44 – Proposta para o jardim.....	140
Fig. 45 – UDIB	142
Fig. 46 – Aspeto atual do antigo Hospital Militar de Bissau.....	142
Fig. 47 – Aspeto atual da Fortaleza.....	142
Fig. 48 – Imagens do Bairro de Bissau Velho	144
Fig. 49 – Praças de Bissau	144

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – População residente, densidade populacional e evolução entre 1979 e 2009.....	60
Quadro 2 – Dados de Desenvolvimento Humano na Guiné-Bissau	60
Quadro 3 – Expetativas Económicas Globais.....	64
Quadro 4 – Gráfico da distribuição da população por Região.....	76
Quadro 5 – Síntese da análise e diagnóstico da cidade de Bissau	123
Quadro 6 – Quadro síntese das propostas de intervenção	152

Introdução

Esta dissertação tem como objetivo principal investigar as potencialidades da reabilitação urbana enquanto motor de desenvolvimento da cidade de Bissau, traçando estratégias que passam por um conjunto de ações que valorizem as características locais. Os objetivos iniciais passam por analisar a cidade e o seu contexto, assim como os instrumentos de planeamento existentes, afim de identificar as principais fragilidades que existem na cidade e as potencialidades.

O tema que me propus investigar é importante para:

- Aprofundar o conhecimento do estado da cidade de Bissau;
- Identificar as diferentes vias de aproveitamento dos recursos edificados no sentido do desenvolvimento da região e, sobretudo, da cidade de Bissau;
- Estudar as potencialidades da reabilitação urbana para dinamização da economia e empregabilidade na capital.

A escolha do objeto de estudo nunca levantou dúvidas, desde que comecei a frequentar o curso de arquitetura que tinha o objetivo de estudar para mais tarde contribuir para o desenvolvimento do meu país. Tendo passado a maior parte da minha vida em Bissau, vivi e presenciei muita coisa, devido à pobreza e às más condições de vida da população. Quando escolhi um tema relacionado com a reabilitação urbana, foi pensando no avançado estado de degradação que o país se encontra hoje, nos edifícios históricos que estão desaparecendo, e nos espaços com potencialidades que hoje se encontram abandonados.

Apesar de ser a cidade capital, é uma cidade pequena, mas com inúmeros problemas. Neste estudo selecionamos uma pequena área da cidade para traçar um conjunto de estratégias para a reabilitação urbana. Sendo um trabalho no âmbito académico e estando apenas uma pessoa a desenvolvê-lo, tornasse difícil solucionar todos os problemas. Neste sentido a escolha recaiu na zona centro da cidade.

A zona centro da cidade de Bissau foi a área escolhida para este estudo, porque é uma zona que hoje se encontra muito degradada, mas que tem todas as condições para se tornar novamente numa das zonas mais agradáveis de Bissau. Também por ser a zona mais antiga onde a maior parte da nossa história foi construída, possuindo muitos edifícios com valor histórico. Por outro lado, esta é a zona que conheço melhor, pois foi a zona onde vivi e passei a minha infância.

Após a escolha da área de intervenção, foi necessário fazer o reconhecimento da área, assim como analisar a sua evolução e os seus instrumentos de planeamento, os seus objetivos, estratégias e se foram executados ou não e, por fim, as potencialidades e as principais fragilidades existentes.

Neste mesmo sentido, foi pertinente a análise das características identitárias do país, bem como dos seus recursos, afim de se perceber se os mesmos foram considerados no planeamento.

Por fim pretendeu-se delinear uma estratégia que valorize e promova as características identitárias da cidade.

Na fase inicial, a metodologia assentou na consulta de bases bibliográficas que permitissem esclarecer um conjunto de conceitos que formam a base teórica do nosso pensamento, dos quais se destacam: paisagem urbana, desenvolvimento, património, sustentabilidade, entre outros. Nessa fase também foram consultadas bases bibliográficas sobre o objeto de estudo, embora esta tenha sido a parte mais difícil, visto que existem poucos trabalhos publicados sobre a Guiné-Bissau. Procurámos também analisar os instrumentos de planeamento e gestão do território, no entanto, esta tarefa não foi fácil uma vez que os documentos não estão disponíveis.

Para além da recolha bibliográfica, procurou-se obter mais informações, através de emails e pedidos de documentos aos diferentes Ministérios do país. Todas as informações recolhidas, foram analisadas permitindo fazer a análise da situação atual da Guiné-Bissau.

A dissertação organiza-se em três partes. Na primeira parte são abordadas questões sobre a cidade, o planeamento, o urbanismo, o desenvolvimento sustentável, o património cultural, criando a base teórica que suporta a estratégia proposta.

A segunda parte foca-se na caracterização do objeto de estudo, afim de conhecer todos os recursos que o país dispõe, começando pelo enquadramento geográfico, passando pelo enquadramento histórico, socioeconómico, cultural, até à evolução urbana da cidade.

Também nesta parte do trabalho é feito um diagnóstico da cidade atual, onde se procurou apontar as potencialidades da cidade, e os principais problemas que enfrenta e as principais fragilidades para compreender o que tem de ser alterado para conseguir fomentar o desenvolvimento e a qualidade de vida na cidade de Bissau.

Finalmente, apresenta-se uma proposta estratégica que permita potenciar o desenvolvimento de Bissau a partir do seu património. Esta estratégia estrutura-se a partir de um conjunto de ações numa área específica da cidade, de modo a facilitar a sua execução, espera-se que tenham um efeito multiplicador que possa influenciar a transformação do resto da cidade.

1. Desenvolvimento, Património e Sustentabilidade

1.1. O Desenvolvimento Sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável surge nos anos de 1980, chamando a atenção para os crescentes problemas ambientais originados pelo desenvolvimento humano. Foi definido pela primeira vez no relatório Brundtland¹ como o “*desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades*” (cit. por Pinho, 2009, p. 138).

Esta definição procura demonstrar que as pessoas podem ter uma vida digna, confortável e produtiva, num ambiente saudável, sem comprometer a possibilidade de outras fazerem o mesmo no futuro, tentando fundir o desenvolvimento com a conservação da Natureza, beneficiando ambas as partes pelo bem comum (Magalhães, 2013).

Anos depois, em 1992, foi organizada a Cimeira das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - conhecida por ECO-92 ou Cimeira da Terra - reunida no Rio de Janeiro, com a participação de 176 países. Nesta Cimeira fixou-se a necessidade de integrar o conceito de desenvolvimento sustentável como princípio definidor de uma estratégia conjunta e coordenada para a proteção do meio ambiente, tendo sido aprovados importantes documentos, designadamente a Agenda 21² (Magalhães, 2013).

Tendo em conta o papel preponderante das cidades para alcançar este equilíbrio no desenvolvimento, realizou-se em 1996, em Istambul, a conferência Habitat II que introduziu o conceito de “cidades sustentáveis”. Defendeu-se a necessidade de um povoamento mais sustentável em oposição ao crescimento urbano descontrolado e a necessidade de assegurar habitação digna para todos.

Em 2002, dez anos após a Cimeira da Terra de 1992, realizou-se na África do Sul, em Joanesburgo, a “Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável”, na qual se abordou a importância do desenvolvimento sustentado, os compromissos dos objetivos da Agenda 21 e os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, delineados na sessão especial das Nações Unidas em 2000.

Abordou-se igualmente a necessidade futura de um tratamento equilibrado e integrado dos **pilares do desenvolvimento sustentável: o económico, o social e o ambiental**.

¹ Relatório de Brundtland, de 1987, disponível em: www.un-documents.net/wced-ocf.htm

² Agenda 21 é um documento que estabelece a importância de cada país em comprometer-se a refletir a nível global e local, cooperando os governos, empresas, organizações e todos os sectores da sociedade, para arranjar soluções para os problemas socio-ambientais.

Para a sustentabilidade económica considera-se a necessidade de gerar prosperidade em diferentes níveis da sociedade, tornando eficiente a atividade económica, a fim de permitir às organizações viabilidade das suas atividades, na geração de riqueza e promoção de empregos. Para garantir a sustentabilidade social considera-se a igualdade e o respeito pelos direitos humanos, gerando uma sociedade mais equitativa e inclusiva, exigindo ainda a participação da população para que o desenvolvimento dê resposta às suas necessidades, proporcionando o seu bem-estar. Já para alcançar a sustentabilidade ambiental considera-se a conservação e gestão dos recursos naturais, e a necessidade de ter em conta os impactos das atividades do homem sobre o ambiente (Magalhães, 2013).

Os conceitos de desenvolvimento sustentável foram evoluindo, levando à multiplicação das respetivas definições. Para Farrell (1992, citado por Hunter, 1997), o Relatório Brundtland, interpreta o desenvolvimento sustentável como a necessidade de encontrar um equilíbrio no sistema de desenvolvimento entre a economia, o ambiente e a sociedade, de modo a que nenhum destes aspetos seja considerado mais importante do que o outro.

No entanto, é óbvia a dificuldade em encontrar e, sobretudo, manter indefinidamente tal equilíbrio: enquanto as necessidades da sociedade crescem constantemente, o ambiente é finito, embora possa ser renovado (Cunha, 2017).

A complexidade do caminho para um desenvolvimento sustentado tem sido debatida ao longo dos anos em diversas cimeiras, documentos estratégicos e objetivos a serem implementados.

Conjuntamente, também se debate a necessidade de alterar os modos de vida, para uma nova filosofia de vida fundamentada numa visão holística a vários níveis, pretendendo-se uma relação equilibrada e harmoniosa entre o Homem e a Natureza.

Associado ao conceito de desenvolvimento sustentável, um outro conceito que tem vindo a ganhar terreno nos últimos anos, o de desenvolvimento local e regional, visto como um processo de desenvolvimento endógeno, através do qual se identificam necessidades, aspirações das coletividades locais e regionais, e se procura satisfazê-las com os recursos da própria região. Para isso, o espaço local ou regional, precisa de se recriar como detentor de capacidade autónoma, através do empreendedorismo dos atores locais e regionais que potencie os seus próprios recursos – humanos e naturais – bem como a mobilização da vontade coletiva.

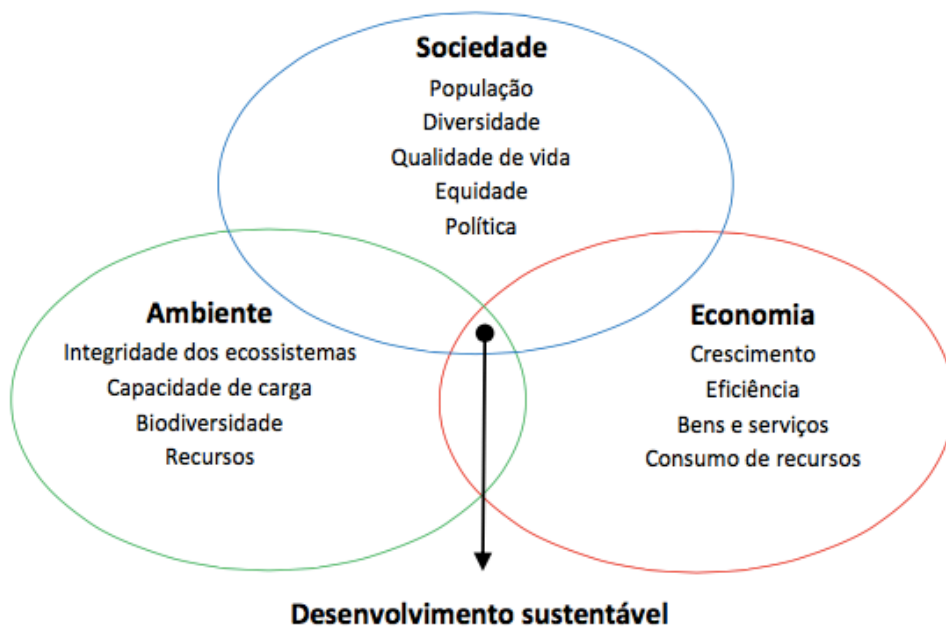


Figura 1- Relação entre a economia, sociedade e ambiente

Cultura como motor para o Desenvolvimento Sustentável (o quarto pilar do desenvolvimento sustentável)

O conceito de desenvolvimento sustentável no século XXI, remete-nos para um desenvolvimento não só económico, ambiental e social, mas também cultural, na medida em que se coloca a **pessoa** no centro da sustentabilidade, pois nenhum projeto de desenvolvimento pode estar dissociado dos conhecimentos ancestrais do ser humano, das suas tradições, dos seus saberes e fazeres.

As pessoas habitam os espaços e mudam de ambiente, usando comportamentos e processos socioculturais, fazendo uso da sua capacidade cognitiva e sociocultural dos fenómenos para interagir com o meio ambiente. As populações são, elas próprias, portadoras de património cultural.

Tais características tornam os valores culturais omnipresentes nos espaços geográficos habitados do mundo; portanto, ativos disponíveis e facilitadores da sustentabilidade ambiental.

No entanto, quase 30 anos após a formulação de princípios do desenvolvimento sustentável, a conservação ambiental ainda se centra na sustentabilidade ambiental com base no valor dos recursos naturais, sem considerar o meio ambiente como património cultural. Os recursos culturais são remanescentes tangíveis e intangíveis das atividades passadas da sociedade no ambiente biofísico que, quando revisitado, reavaliado, reutilizado e reconstruído, se transformam em várias formas de herança cultural. Contudo, importa contar com indicadores específicos quanto aos recursos de natureza cultural e patrimonial suscetíveis de enriquecer os ideais de desenvolvimento sustentável.

Neste sentido e considerando este novo entendimento, em janeiro de 2016 entrou em vigor a resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) intitulada “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, aprovada pelos líderes mundiais, a 25 de setembro de 2015, na cimeira da ONU, em Nova Iorque, constituída por 17 objetivos, desdobrados em 169 metas.

Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram pensados a partir do sucesso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), entre 2000 e 2015, e pretendem ir mais longe para acabar com todas as formas de pobreza. Os ODS definem prioridades e aspirações globais para 2030 e requerem uma ação à escala mundial de governos, empresas e sociedade civil para erradicar a pobreza e criar uma vida com dignidade e oportunidades para todos.

Estes 17 objetivos são:

1. Erradicar a pobreza;
2. Acabar com a fome;
3. Vida saudável;
4. Educação de qualidade;
5. Igualdade de género;
6. Água e saneamento;
7. Energias renováveis;
8. Trabalho digno e crescimento económico;
9. Inovação e Infraestruturas;
10. Reduzir as desigualdades;
11. Cidades e comunidades sustentáveis;
12. Produção e consumo sustentáveis;
13. Combater as alterações climáticas;
14. Oceanos, mares e recursos marinhos;
15. Ecossistemas terrestres e biodiversidade;
16. Paz e justiça;
17. Parcerias para o desenvolvimento (UN, 2015).

Destes objetivos, importa salientar o 11º objetivo, cidades e comunidades sustentáveis, que reconhece o papel preponderante das cidades para assegurar um desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida a nível global. Este Objetivo define algumas metas até 2030 como: o acesso de todos à habitação segura, o acesso a sistemas de transportes seguros, acessíveis e sustentáveis, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural, reduzir o impacto negativo per capita nas cidades, proporcionar o acesso universal a espaços seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, apoiar relações económicas, sociais e ambientais entre áreas urbanas, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos que adotaram e implementaram políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, resiliência a desastres, e por fim apoiar os países menos desenvolvidos, por meio de assistência técnica e financeira, nas construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais.

No seguimento da definição destes objetivos e perante o aumento da população mundial urbana e da urbanização acelerada, foi aprovada a Nova Agenda resultante da terceira edição da conferência internacional Habitat III que teve lugar em Quito em outubro de 2016. Este documento orientador define que o planeamento da cidade deve garantir o equilíbrio entre as pressões económicas, ambientais e garantir a resposta às necessidades das comunidades, favorecendo o desenvolvimento sustentável (UN- HABITAT, 2016). Por outro lado, sublinha o papel da participação ativa do cidadão no processo de planeamento e construção da cidade e pela primeira vez, “reconhece que a cultura e a diversidade cultural são fontes de enriquecimento para a humanidade, prestando um contributo importante para o desenvolvimento sustentável das cidades, aglomerados urbanos e cidadãos” (UN- HABITAT, 2016, pp. 4).

Neste sentido hoje os objetivos de desenvolvimento sustentável não podem ser dissociados de políticas e estratégias para as cidades, que integrem um planeamento e gestão participativos, com os valores naturais e culturais locais para a construção do almejado desenvolvimento económico e social.

1.2. Exemplo de caso de articulação de Gestão de Património Cultural e Sustentabilidade

Ng'ambo Tuitakayo: Um projeto inclusivo.

A relação entre gestão do património cultural e sustentabilidade é frequentemente desconsiderada. Um modo de essa realidade, é através de um modelo de gestão de recursos do património cultural, baseado na comunidade, que faça uso das abordagens técnica e académica, unindo cultura e natureza na conservação de recursos sustentáveis ao nível dessas comunidades.

O desenvolvimento de um modelo Gestão de Recursos do Património Cultural é cada vez mais uma necessidade, não só nos moldes acima referidos, mas também na medida em que permite aos membros da comunidade tornarem-se prestadores de serviços nessas áreas, como, por exemplo, guias turísticos, curadores de museus, intérpretes e contadores de histórias.

Muhammad Juma, no artigo *“Ng'ambo Tuitakayo, the buffer zone we want”* (JUMA,2018) fala-nos sobre um exemplo paradigmático de uma boa articulação de valores patrimoniais no urbanismo: a cidade de Zanzibar.

A cidade de pedra de Zanzibar, foi inscrita na Lista de Património Mundial em 2000, tem 1,5 milhões habitantes (GoZ 2017) e uma área de 2.654 km². As ilhas de Zanzibar têm hoje uma população urbana de mais de 46,3%. É um excelente exemplo que como podem ser posto em prática novos modelos de conservação e gestão urbana no contexto africano. É também um bom exemplo para mostrar como, através da aplicação da abordagem da paisagem urbana histórica (HUL), as autoridades locais criaram uma nova metodologia de planeamento urbano em Zanzibar. Associando o crescimento espacial e o desenvolvimento cultural, as autoridades locais não só consciencializam a população para o crescimento económico, como também melhoram o desenvolvimento social.

Aproveitando o poder transformador dos níveis crescentes de urbanização, as autoridades optaram por uma visão de crescimento urbano enquanto oportunidade para promover o progresso económico e social em Zanzibar.

Em 2015, o governo de Zanzibar adotou a estratégia nacional de desenvolvimento espacial, National Sustainable Development Strategy (NSDS) com uma nova visão para a urbanização das ilhas e onde a cultura é um instrumento para o seu desenvolvimento sustentável. Há significativas evidências de uma forte relação entre a urbanização e a prosperidade de um país (Banco Mundial 2009). Não obstante, o crescimento desordenado (ou não convenientemente gerido) e a urbanização descontrolada são igualmente fontes de descontentamento social e degradação do ambiente. O crescimento da zona *buffer* de Zanzibar Stone Town, conhecida localmente como Ng'ambo, começou a revelar alguns desafios relacionados com a sustentabilidade do Património inscrito na Lista de Património Mundial.³

Os desafios do Ng'ambo estavam diretamente relacionados com a forma como as autoridades locais administravam a área, interpretando o papel de “tampão” como de menor importância em relação à zona central.⁴ A falta de uma perspectiva mais profunda para aquela área afetou negativamente a motivação da população para o desenvolvimento social e a criação de oportunidades económicas.

No que toca a sua gestão, ela é complexa, uma vez que a distribuição de competências ficou “ensanduichada” entre a Autoridade de Conservação e Desenvolvimento de Stone City (STCDA), entidade que gere a zona tampão, e o Conselho Municipal de Zanzibar, entidade que administra os setores sociais, económicos e ambientais. Esta polarização criou uma situação desafiadora para a sustentabilidade do Ng'ambo enquanto património mundial.

Em 2011, a UNESCO e o governo de Zanzibar organizaram um *workshop* para debater a aplicação da recomendação da Paisagem Urbana Histórica (HUL) em África.

Na continuação do Zans-Plan, o departamento de planeamento urbano e rural iniciou um complexo processo de desenvolvimento de um plano para a área Ng'ambo, plano intitulado de Ng'ambo Tuitakaye (a zona tampão que queremos), e que incluía novas ideias sobre promoção do património e crescimento urbano para o desenvolvimento sustentável. Propôs ainda uma nova visão de conservação urbana e gestão do património, usando uma gama de processos participativos para incluir as pessoas e as suas culturas vivas no processo de planeamento da urbe.

³ A população residente na região estava insatisfeita com a interpretação dada pelas autoridades locais ao estatuto de Património Mundial. O contexto da zona tampão da cidade de pedra (Stone City) reflete o que se passa em muitas cidades históricas em África, em que as zonas de tampão enfrentam os desafios retransmitidos à sua imagem, gestão e desenvolvimento.

⁴ Ng'ambo sempre foi considerada como uma "zona secundária", apesar de ter estruturas mais antigas e mais diversificadas do que a própria cidade de pedra, tendo sido menos valorizada pelos círculos patrimoniais nacionais e internacionais.

A palavra-chave neste *workshop*⁵ foi "continuidade". Os especialistas preocupam-se com as práticas atuais de conservação urbana que ameaçam a continuidade das cidades históricas, que é um elemento essencial para o seu desenvolvimento e sustentabilidade. A relação entre a cidade de pedra de Zanzibar e a zona tampão Ng'ambo exemplificam bem tais desafios.

Como tal, o novo quadro espacial estabeleceu princípios orientadores para o *Zans-Plan*, sublinhando dois objetivos: o crescimento de Zanzibar, mantendo a posição de *Stone Town* e o reforço do papel da cultura no planeamento urbano e desenvolvimento em Zanzibar.

A cidade foi então pensada numa perspetiva que defendia a promoção de valores daquele local como contributo para todas as dimensões do desenvolvimento sustentável, em que as estratégias de conservação e gestão estão alinhadas com os mais amplos objetivos do desenvolvimento sustentável.

Uma vez mais, partindo de uma perspetiva de sustentabilidade, a questão da zona tampão foi expandida de modo a ser considerada como "ferramenta de planeamento" melhorando o benefício das comunidades locais, bem como o próprio património.

Usando conceitos do quadro de sustentabilidade, o objetivo da política consistiu em «integrar as abordagens de conservação e de gestão dos bens reconhecidos com Património Mundial nos seus quadros de planeamento regional mais amplos, tendo em conta, nomeadamente, a integridade dos sistemas socio ecológicos» (UNESCO 2015).

Após amplos debates, entendeu-se lógico repensar o *Zans-Plan* de modo a que Ng'ambo se tornasse o novo centro da cidade de Zanzibar. Como a política de património mundial e de desenvolvimento sustentável dispõe "*o potencial das zonas tampão (e outras ferramentas similares) deve ser plenamente aproveitado*".

O projeto Ng'ambo Tuitakayo (a zona tampão que queremos), ofereceu uma nova visão do Ng'ambo, dando outra perspetiva à abordagem gestão do património. O processo em si foi muito participado, tendo intervenção das comunidades locais, das partes interessadas locais e vários de parceiros nacionais e estrangeiros, nomeadamente a UNESCO e a cidade de Amesterdão. Esta iniciativa ajudou a combinar a legítima aspiração dos habitantes de Ng'ambo em se empenharem na transformação do seu espaço urbano, protegendo simultaneamente os valores patrimoniais tanto locais como globais.

⁵ Este workshop conduziu a outros encontros e workshops, designadamente em Zanzibar, Lamu e Ilha de Moçambique, culminando com a publicação de um relatório intitulado Swahili: paisagem urbana histórica (Van Oers 2013).

Outro importante passo foi a criação de um fórum de discussão para aumentar a inclusão e o envolvimento de moradores e comunidades locais. O envolvimento das comunidades locais, das partes interessadas e dos parceiros na tomada de decisões não só deu credibilidade ao plano Ng'ambo, como também ofereceu espaço para reconhecer, respeitar e incluir os valores, bem como os aspetos culturais e ambientais e conhecimento das comunidades locais no processo de planeamento (UNESCO 2015).

Salienta-se que esta estratégia de colaboração, que coloca a tónica nas abordagens inclusivas e participativas, dispõe os habitantes locais a participar do desenvolvimento futuro da sua cidade, promovendo o seu próprio bem-estar. Além disso, ao sublinhar a conectividade, a vitalidade e a inclusividade, o projeto piloto de Ng'ambo Tuitakayo ajudou as autoridades locais a entenderem e respeitarem os valores sociais e culturais da Cidade de Pedra e da sua zona tampão.

A nova abordagem também ressalva a importância da boa governação e justiça social, na medida em que foi essencial para que o governo percebesse que o respeito e a integração dos aspetos culturais e patrimoniais locais numa metodologia baseada em valor, tem virtualidades e pode ser usado noutras cidades com a mesma realidade. Na verdade, tal permite o surgimento da consciência cívica nos habitantes da cidade, através de um processo de "planeamento pelo povo".

Esta é uma nova abordagem, é que pode melhorar a sustentabilidade e a resiliência, permitindo, nomeadamente, que os habitantes vejam, compreendam e acreditem num possível equilíbrio entre conservação e desenvolvimento, sendo que é crucial para o desenvolvimento sustentável, incentivando os parceiros a trabalharem em conjunto.

Finalmente, e não menos importante, a presença de parceiros locais e internacionais permite o aproveitamento das melhores práticas e incentiva o desenvolvimento económico.

Os projetos atualmente em curso no Ng'ambo como, por exemplo, o *corredor verde*, o desenvolvimento de centros de utilização mista e a construção de novos terminais de autocarros beneficiaram destas anteriores experiências. Com este novo *modus operandis*, gera-se também um mecanismo dinâmico de criação de emprego, que se traduz, num motor de desenvolvimento económico inclusivo, equitativo e sustentável, beneficiando, desde logo, as populações marginalizadas.

O projeto ofereceu uma nova visão a Ng'ambo, mudando a abordagem da gestão do património, ajudou a combinar a aspiração legítima dos habitantes de Ng'ambo de se associarem na transformação de seu espaço urbano, ao mesmo tempo em que salvaguardam os valores do património local e global.

Atualmente, “Ng'ambo Tuitakaye” é visto como um laboratório para a preparação de uma política urbana nas ilhas, colocando a cultura, a resiliência e a inclusão no foco dos objetivos de desenvolvimento urbano sustentável.



Figura 2- Plano Ng'ambo

2. A Guiné-Bissau

2.1. Enquadramento Geográfico

A República da Guiné-Bissau⁶ situa-se na costa Ocidental Africana, entre o Senegal e a República de Guiné-Conakry, limitada a Sul e Oeste pelo Oceano Atlântico. É um pequeno país com uma área de 36.125 km².

É constituída por um território continental com uma área de 34.625 km² e por mais de 90 ilhas com uma área de 1500 km², “arquipélago dos Bijagós”.

Em termos administrativos, a Guiné-Bissau está dividida em três províncias: província Norte, província Este e província Sul e num setor autónomo, o setor autónomo de Bissau, equivalente a uma região administrativa. As províncias subdividem-se em oito regiões. A norte, as regiões de Biombo, Cacheu e Oio. A sul, Quinara e Bolama (Bijagós) e, a Este, as regiões de Bafatá e Gabu.

O país possui 8 rios principais: Geba, Buba, Mansôa, Cacheu, Tombali, Cumbijã, Cacine e Corubal.

A Guiné-Bissau caracteriza-se por uma topografia plana, e em que a maré-alta e a maré-baixa têm variações extremamente significativas (cerca de 7 metros), o que faz com que o impacto das marés se faça sentir a uma distância de cerca de 100 km através de uma vasta rede hidrográfica que penetra o território muito ramificadamente.

Esta característica leva a que grandes áreas de terrenos estejam em risco de inundação, o que obviamente condiciona o desenvolvimento urbano, especialmente devido aos escassos meios técnicos e económicos para fazer face a esta limitação.

A Guiné-Bissau tem um clima predominantemente tropical, sendo muito quente e húmido, com temperaturas média anual de 27,7 graus, com a estação mais quente entre agosto e setembro e a estação húmida de maio a outubro.

⁶ Fonte: Guia Turístico “À descoberta da Guiné-Bissau”, de Joana Benzinho e Marta Rosa.



Figura 3- Localização geográfica da Guiné-Bissau



Figura 4- Mapa da Guiné-Bissau

2.1.1. Fauna e Flora

O território da Guiné-Bissau é constituído por diferentes tipos de vegetação, destacando-se a floresta rica, floresta seca, savana arbórea e arbustiva, tendo um total de superfície coberta de floresta de 2 milhões de hectares, distribuídas por todo o país.

Dados extraídos de um estudo realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), intitulado “Elementos para a definição de ações no Sector de Conservação da Biodiversidade da Guiné-Bissau” (1997), apontam para a predominância de florestas abertas e savanas arborizadas, nas regiões do norte e este de Bafatá e Oio, florestas secas, semi-secas e sub-húmidas, no resto do país.

A zona de savana situada no litoral é pouco densa, com arbustos até aos 2 metros. Existe ainda a zona de savana herbácea húmida, no interior do país, que se caracteriza pela quase inexistência de árvores, à exceção de algumas palmeiras e “cibe”.

No nordeste e leste do país prevalecem as atividades agro-silvo-pastoril, com potencial para a criação de gado bovino e caprino, e exploração florestal. No norte e sul o terreno é favorável ao cultivo de diversos tipos de cereais e à criação de animais de pequeno porte.

Os principais recursos florestais estão situados a sul e a norte de Bafatá, na faixa entre o rio Cacheu e a fronteira com o Senegal e nas regiões de Quinara e Tombali.

As plantas na Guiné-Bissau, como todos os seus elementos naturais, têm uma extrema importância não só como matéria-prima e meio de subsistência, mas ainda nas próprias demonstrações culturais e na medicina tradicional.

A literatura científica aponta para quase 900 plantas diferentes na Guiné-Bissau, das quais cerca de 128 são utilizadas em mezinhas tradicionais, 76 são consumidas pelo homem e 86 são utilizadas para pasto e na produção de artesanato.

A diversidade da flora tem um papel muito importante na Guiné-Bissau, para além de constituir uma barreira contra o fenómeno da desertificação e da degradação dos solos, suportam também a agricultura, produzem madeira, lenha, carvão, mel, raízes, plantas medicinais, vinho, óleo de palma e tantos outros bens que na Guiné-Bissau são fundamentais.

Há cerca de 374 espécies de aves na Guiné-Bissau, as reservas naturais possuem uma rica variedade de fauna protegida, o que faz com que a nível mundial o país seja um dos centros mais importantes de observação de aves, principalmente na zona de Cacheu, onde foram identificadas 248 variedades de aves em 2014.



Figura 5- Fauna e Flora da Guiné-Bissau



Figura 6- Arquipélago dos Bijagós

O arquipélago dos Bijagós é também uma zona rica em aves e espécies marinhas raras. Foi classificado em 1996 pela UNESCO como Reserva Ecológica da Biosfera.

Destacam-se ainda os Parques Nacionais de Orango, Marinho João Viera e Poilão onde podemos encontrar hipopótamos, tartarugas, papagaios cinzentos e outras espécies, enquanto a ilha de Maio constitui uma reserva excepcional com várias espécies de aves.

Estes variados recursos naturais, favorecem o desenvolvimento do turismo litoral, e têm surgido algumas experiências de ecoturismo responsável, favorecendo rendimentos às comunidades locais⁷.

A Guiné-Bissau é um país muito rico em biodiversidade e em recursos naturais renováveis. A preservação desta biodiversidade, não só é importante, como é necessária, pois, a economia e a sobrevivência da maior parte da população guineense dependem diretamente da exploração desses recursos.

⁷ Fonte: Instituto da Biodiversidade e das áreas Protegidas (IBAP)

2.1.2. População, Educação e Saúde

Segundo o INEP, em 2009 a população da Guiné-Bissau estimava-se em 1.548.159 habitantes. Entre 1979 e 2009, a taxa média de crescimento anual da população foi de 3,4%. Em 1979, a população repartia-se de forma mais equilibrada por todo o território.

As regiões onde se registavam menos habitantes eram também aquelas com a menor dimensão territorial. Cacheu e Oio eram as regiões que concentravam mais habitantes, a que se seguia Bafatá e, só depois, Bissau.

Este equilíbrio vem a alterar-se de forma drástica entre 1979 e 2009, devido ao forte crescimento da população nesses 30 anos e à forte tendência para a concentração na capital (Bissau) a partir da década de 80.

Estima-se que a Guiné-Bissau tenha, atualmente, uma população de cerca de 2 milhões de habitantes, tendo a capital cerca de 25,3% da população do país, com uma população estimada de 387.909 habitantes.

Estes números indicam que o crescimento populacional médio anual é superior à média do país, o que se justifica pelo facto de a população sair, cada vez mais, do interior do país à procura de melhores condições de vida. Bissau apresenta uma população maioritariamente jovem, em que 75% tem idade inferior a 30 anos, e só 3% tem mais de 60 anos, fixando-se os restantes 22% na faixa etária entre os 30 e 60 anos.

O sistema educativo da Guiné-Bissau é extremamente fraco, problema que se deve aos muitos anos de instabilidade institucional.

Desde a independência do país, há 45 anos, a instabilidade tem sido uma constante, com sucessivas mudanças no topo do poder e renovação constante das equipas encarregadas dos ministérios, dentro deles o da educação.

Região	1979			1991				2009			
	Nº Residentes	%	hab./km ²	Nº Residentes	%	Var.%	hab./km ²	Nº Residentes	%	Var.%	hab./km ²
Bissau	109.214	14,2	1.409,2	195.389	20,0	78,9	2.521,1	401.619	25,9	105,5	5.182,2
Bafatá	116.032	15,1	19,4	145.088	14,8	25,0	24,3	225.516	14,6	55,4	37,7
Gabú	104.315	13,6	11,4	136.101	13,9	30,5	14,9	214.520	13,9	57,6	23,4
Biombo	56.463	7,4	67,3	59.827	6,1	6,0	71,3	94.869	6,1	58,6	113,1
Cacheu	130.227	17,0	25,2	146.570	15,0	12,5	28,3	199.674	12,9	36,2	38,6
Oio	135.114	17,6	25,0	155.312	15,9	14,9	28,7	226.263	14,6	45,7	41,9
Bolama/Bijagós	25.743	3,4	9,8	26.891	2,7	4,5	10,2	33.929	2,2	26,2	12,9
Quínara	35.532	4,6	11,3	42.960	4,4	20,9	13,7	65.946	4,3	53,5	21,0
Tombali	55.099	7,2	14,7	71.065	7,3	29,0	19,0	102.482	6,6	44,2	27,4
País	767.739	100,0	21,3	979.203	100,0	27,5	27,1	1.548.159	100,0	58,1	42,9

Quadro 1 – População residente, densidade populacional e evolução entre 1979 e 2009

	2000-2003	2005-2006	2009-2010
Educação:			
TBS no primário (%)	70,0	101,0	107,8
TLE no primário (%)	45,3	56,9	67,4
TBS no secundário (%)	19,0	30,0	46,6
Saúde:			
Taxa de mortalidade infantil ^(0/000)	122	138	104
Tx. de mortalidade infanto-juvenil ^(0/000)	205	223	155
Tx. de mortalidade materna ^(0/00000)	822	800 (2006)	
Água potável:			
Tx. de acesso água potável (%)		54,6	66
Esperança de vida à nascença (anos)	43 (1989)		48,6
Desenvolvimento humano:			
IDH	0	0,278	0,289 (2010)
Rang segundo IDH			164 em 169
Desigualdade do género			
Índice de desigualdade de género (IID)	-	0,381 (2007)	-
Rang em relação a IID		148 em 155	

Quadro 2 – Dados de Desenvolvimento Humano na Guiné-Bissau

Um estudo realizado em 2014 (UNESCO 2014) pelo governo da Guiné-Bissau, em colaboração com as Nações Unidas, UNICEF e UNESCO, mostrava os pontos fortes e frágeis do sistema educativo, propondo algumas soluções. Neste documento apontava-se como os principais problemas do sistema educativo, um parque escolar deficiente (falta de equipamentos educacionais com padrões aceitáveis), desequilibrada distribuição espacial das diferentes categorias de ensino a nível dos diferentes bairros de Bissau, abandono escolar precoce, elevado nível de insucesso escolar, até aos baixos salários dos professores. Segundo este estudo, a Guiné tem um dos mais baixos níveis de escolaridade na região africana e apenas 10% dos trabalhadores guineenses teve 10 anos de estudos completos.

A Guiné-Bissau é um país com uma elevada taxa de analfabetismo. Mais de 50% da população não sabe ler nem escrever, o que é muito preocupante. Devido à instabilidade do próprio país, este facto está a ser cada vez mais agravado. Mas, conscientes da situação, as autoridades nacionais, em colaboração com os responsáveis pela educação, nacionais e internacionais, iniciaram um processo cujo objetivo é a reforma global do sistema educativo, através da adoção de uma estratégia decenal de desenvolvimento do sector educativo.

O sistema de saúde na Guiné-Bissau encontra-se desde há muitos anos, numa situação bastante crítica. Os hospitais, para além de serem poucos, não têm todas as condições necessárias para servir toda a população (falta de equipamentos e de profissionais de saúde). Existem em todo o território 2 hospitais nacionais, 4 hospitais regionais, 14 hospitais sectoriais, 1 hospital psiquiátrico e alguns centros de saúde, privado e público. Mas a maioria destes estabelecimentos de saúde estão instalados em edifícios muito degradados para além do desgaste dos equipamentos devido à falta de manutenção e as instalações inadequadas para acolher os pacientes.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda, como parâmetro ideal de atenção à saúde da população, a relação de 1 médico para cada 1.000 habitantes. Na Guiné-Bissau o número mais baixo de habitantes por médico nas oito regiões administrativas é 3.684 pessoas por médico na região de Bafatá.

O papel do Estado é de adotar estratégias na implementação de políticas capazes de promover a saúde pública de qualidade, mas devido ao alto nível de pobreza do próprio país, o estado da Guiné-Bissau acaba por ser condicionado a cumprir com o seu dever, melhorar as condições do serviço de saúde.

2.1.3. Economia: Oportunidades e Dificuldades

Segundo o relatório de Desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento de 2014, a Guiné-Bissau encontra-se entre os países mais pobres do mundo, ocupando a 177^a posição, no total de 187 países, de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2018).

Com uma população estimada em cerca de 2 milhões de habitantes, caracterizada por uma taxa de alfabetização que ronda os 60%, uma esperança de vida de 61 anos e um Produto Interno Bruto (PIB) per capita abaixo dos 700 USD – cerca de 2/3 da população vive abaixo do limiar da pobreza –, a Guiné-Bissau tem uma economia que assenta basicamente no sector primário (agricultura e pescas).

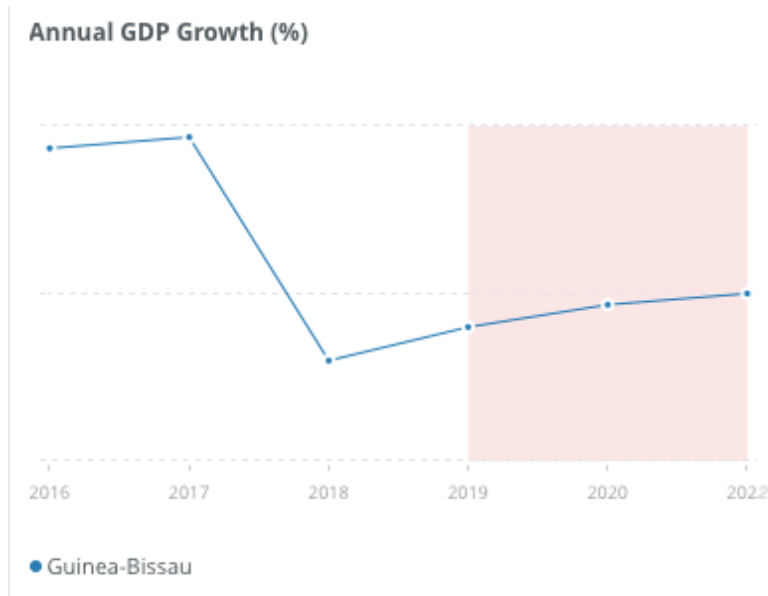
Cerca de 48,9% da população vive com menos de \$1,25 dólares por dia e em condições de extrema pobreza. O desemprego ronda os 10,5%, ainda assim as classes empregadas encontram-se em situação de subemprego em atividades primárias, que representam 82% da força do trabalho, dedicando-se os restantes 18% aos sectores secundários e terciário.

Em 2017 o PIB repartia-se por agricultura, florestas e pescas (50%), serviços (36,9%) e indústria (13,1%). O sector agrícola inclui culturas de subsistência como o arroz, milho, feijão, batatas, inhame, cana-de-açúcar, amendoim e frutos tropicais. A cultura da castanha de caju tem uma importância fulcral na economia do país, representando cerca de 1/3 do PIB e mais de 90% da receita das exportações.

O país é altamente dependente da agricultura de subsistência, da exportação de caju e da ajuda externa. A pecuária está em fase de desenvolvimento, tal como a exploração florestal (cobrindo mais de 50% do território), atividade que o Governo pretende controlar para evitar a delapidação das florestas.

A pesca, nos quase 350 Km de costa marítima, é considerada a segunda maior fonte de receitas do país, com águas consideradas das mais ricas da África Ocidental.

A atividade industrial é muito incipiente, quase inexistente, com uma pequena indústria de produtos alimentares (sobretudo cerveja e refrigerantes, essencialmente para consumo interno) e produtos resultantes da transformação de madeira.



Quadro 3– Expetativas Económicas Globais

O país não tem tradição no setor extrativo, explorando-se apenas inertes para a construção e obras rodoviárias. Contudo, confirma-se a existência de importantes jazigos de bauxite no Boé e de fosfatos em Farim, estando a extração deste último minério a dar os primeiros passos. Há ainda perspectivas favoráveis quanto a petróleo *offshore* e, nos últimos anos, têm sido exploradas “areias pesadas” no litoral de Varela.

O clima de instabilidade política que se viveu nos últimos anos, gerou perturbações na economia, reduzindo a confiança das empresas e consumidores, para além de provocar atrasos nos projetos de investimento público e nos planos de investimento estrangeiro no sector extrativo.

A indústria do turismo é um mercado emergente, atendendo às singulares características do território, tanto no que se refere ao clima como à diversidade. Sendo este um sector no qual se está a apostar fortemente.

2.2. Evolução e Contexto histórico

2.2.1. As Primeiras Invasões e a Presença Portuguesa na Guiné-Bissau

A história da Guiné-Bissau foi marcada por sucessivas invasões, a mais antiga, foi a do império Gana, no século V, depois o Império Mali que trouxe os Mandingas, mais tarde dos Fulas do Reino de Futa Djallon, provenientes do interior do atual território as Guiné-Conacri, e por fim, pelos Portugueses, que chegaram à Guiné-Bissau no século XV (Mota, 1954).

Nos séculos XIII e XIV os Mandingas do reino do Mali ocuparam uma vasta área da África ocidental, invadindo assim a região oriental da Guiné-Bissau, forçando a fuga dos grupos étnicos que habitavam essa região, para a costa.

Após o declino do Império Mali, no século XV, apareceram estados independentes em várias províncias, tornaram-se independentes do império, funcionando com total autonomia.

O reino de Gabú era o mais importante desses novos estados, dominava a zona Sul da Guiné-Bissau e do Senegal. A decadência do Reino de Gabú ocorreu no século XIX, numa guerra provocada pelos invasores Fulas do Reino de Futa Djallon, que conseguiram expulsar o Reino de Gabú, passando a controlar o território.

Em 1446 o navegador português Nuno Tristão descobre a costa da Guiné-Bissau, onde marcou a presença portuguesa, que inicialmente se limitou à zona costeira, com fins unicamente comerciais, mas com o passar dos anos, o limite foi-se estendendo ao longo dos rios Cacheu e Buba. Em 1588 os portugueses entram na vila de Cacheu, que era na altura administrada pelo Arquipélago de Cabo-Verde, onde se efetuava o transporte marítimo de ouro, marfim, especiarias e escravos.

Durante os primeiros anos da colonização, no séc. XVIII, as feitorias portuguesas situaram-se junto aos rios Cacheu, S. Domingos, Farim, Bissau, e mais tarde Bolama e Bafatá, e limitavam-se a trocas comerciais (Mota, 1954).

Em 1879 foi feita a separação administrativa de Cabo Verde e constituiu-se mais uma colónia de Portugal, a Guiné Portuguesa que teve como primeira capital Bolama e mais tarde Bissau. Em 1956, começavam-se a gerar movimentos de oposição à colonização Portuguesa, o que veio a originar a fundação do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), partido fundado por Amílcar Cabral, Luís Cabral, Aristides Pereira e Júlio de Almeida e que veio a traduzir-se num marco histórico.

Durante três anos a resistência do PAIGC foi pacífica, mas veio a endurecer após o massacre de Pindjiguiti em 1959, que foi um dos marcos na luta de libertação da Guiné-Bissau.

Em 1963, o PAIGC inicia a luta armada contra o regime colonial, de onde resultou a independência de Guiné-Bissau e a saída definitiva dos portugueses no país. A 24 de Setembro de 1973 o PAIGC declara em Boé, a independência da Guiné-Bissau, tornando-se assim a primeira das ex-colónias portuguesas a tornar-se independente.

2.2.2. A Guiné-Bissau Pós-Independência

Após o reconhecimento da Guiné-Bissau como Estado independente, Luís Cabral foi o primeiro Presidente da República. A tarefa na altura era regulamentar as leis e reconstruir o país que tinha sido “destruído” durante a luta de libertação.

Os primeiros anos foram de muita instabilidade, com crescente tensão, culminando com um golpe de estado em 1980, comandado pelo então General João Bernardo Vieira (mais conhecido por Nino).

Com este conflito o PAIGC passou a ser dividido em dois, Partido Africano para a Independência de Cabo-Verde (PAICV), em Cabo-Verde e o PAIGC, que se manteve. Em 1994, foram realizadas as primeiras eleições livres na Guiné-Bissau, onde o PAIGC saiu vencedor, e Nino Vieira foi eleito Presidente da República.

Em 1997, o país passou a fazer parte da União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), adotando assim o Franco CFA como moeda nacional, que veio substituir o peso.

Iniciou-se em 1998 uma guerra civil na Guiné-Bissau, originada pelas lutas pelo controle de poder no PAIGC, sendo que esta revolta foi liderada pelo comandante Ansumane Mané contra o governo. Essa guerra civil durou cerca de 11 meses e a maior parte do que havia sido construído no país durante a época colonial, foi destruído, nomeadamente as infraestruturas. As consequências da guerra fazem-se sentir ainda hoje no país.

Em 1999 com a renúncia do Presidente Nino Vieira terminou a guerra civil, tendo sido estabelecido um governo de transição, em que o Presidente da Assembleia Nacional Popular, Malam Bacai Sanhá, assumiu o cargo de Presidente da República. Este governo não durou muito tempo e, em 2000 foram realizadas eleições presidenciais e legislativas, onde Kumba Iala foi eleito Presidente da República, e o seu partido, PRS, ganhou as legislativas. Depois deste período, o país enfrentou muitos conflitos políticos e militares.

Em 2003, verificou-se outro golpe de estado, protagonizado pelas forças militares, ao então Presidente da República (Kumba Iala), sendo formado o governo de transição, com Henrique Pereira Rosa como Presidente da República. Em 2004 foram realizadas as eleições legislativas, nas quais o PAIGC saiu vencedor. Em 2005 com a volta de Nino Vieira ao país, este candidatou-se às presidenciais e derrotou Malam Bacai Sanhá, assumindo novamente a presidência.

Em 2009 o presidente Nino Viera foi morto, e o então Presidente da Assembleia Nacional Popular, Raimundo Pereira, assumiu a presidência. Mas logo foram marcadas novas eleições, onde Malam Bacai Sanhá voltou novamente à presidência. Em 2014 houve novas eleições, onde o PAIGC saiu vencedor, tendo como Presidente da República José Mário Vaz. Após a demissão do então Primeiro Ministro Domingos Simões Pereira, o país entrou numa crise de onde resultaram 6 governos.

Em cerca de 4 anos, o país conheceu mais cinco primeiros ministros (Baciro Dja, duas vezes, Carlos Correia, Umaro Sissoco Embaló e Arestides Gomes), até que este ano houve eleições legislativas que elege o candidato do PAIGC (História da Guiné-Bissau em datas 2012).

Atualmente, existe um sistema de governo semipresidencial, mas com um forte pendor presidencialista.

2.3. Tradições, Cultura e Património

Guiné-Bissau é um pequeno território que possui uma pluralidade étnica, cultural, linguística e religiosa. Existem entre 30 e 40 grupos étnicos, cada qual com os seus diferentes costumes, dialetos e religiões. Segundo os censos do INEP de 2009, as etnias com maior expressão na Guiné-Bissau eram:

- Os Fulas; cerca de 28,5%, que vivem essencialmente no Leste do país (Gabú e Bafatá);
- Os Balantas; 22,5%, situando-se nas regiões Sul (Catió) e Norte (Oio);
- Os Mandingas; 14,7%, no Norte do país;
- Os Papéis; 9,1%, na região de Biombo;
- Os Manjacos; 8,3%, encontrando-se essencialmente na região de Cacheu.

Com menor expressão encontramos ainda as etnias:

- Beafada: 3,5%
- Mancanha: 3,1%
- Bijagó: 2,15%
- Felupe: 1,7%
- Mansoanca: 1,4%

A distribuição geográfica da população no território tem razões históricas, mas também se relaciona com as atividades tradicionalmente desenvolvidas.

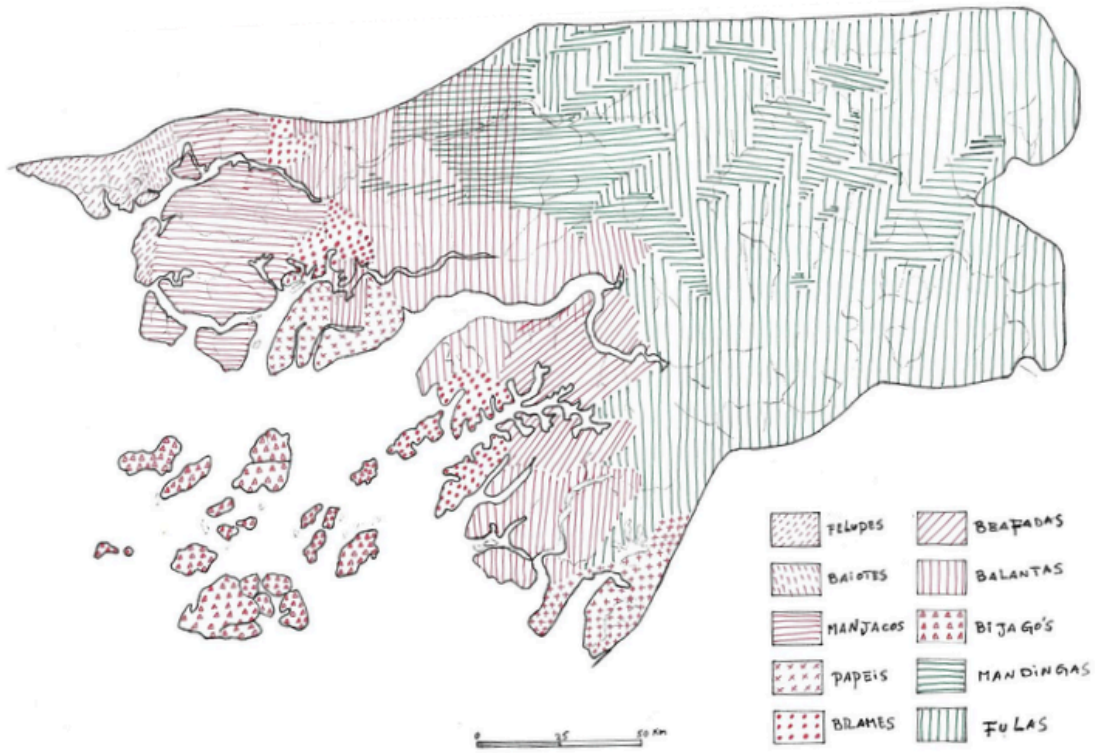
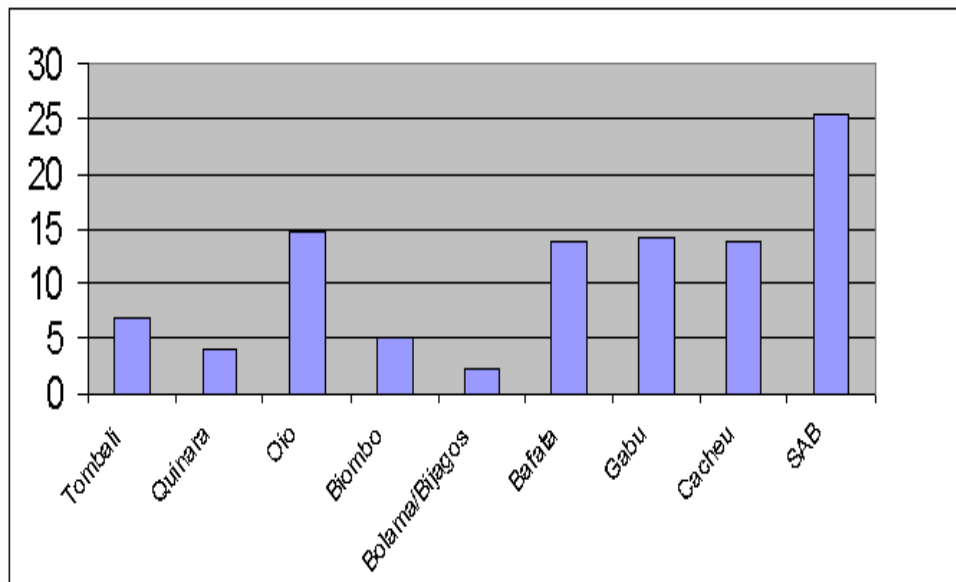


Figura 7- Distribuição territorial dos grupos étnicos



Quadro 4- Gráfico da distribuição da população por Região

Os Balantas, Manjacos, Mancanhas e os Papéis encontram-se principalmente nas zonas costeiras onde cultivam o arroz nas bolanhas, sendo também os Papéis os grandes produtores de caju, uma das maiores fontes da economia nacional.

Os Fulas, estes dedicam-se essencialmente ao comércio e à criação de animais.

A principal atividade dos Bijagós é a pesca, já os Mandingas trabalham principalmente no comércio e na agricultura (Mota, 1954).

Na Guiné-Bissau cerca de metade da população é muçulmana, estando concentrados maioritariamente no Leste do país; entre 10% a 15% são cristãos e a outra parte da população professa uma outra religião, ou até mesmo nenhuma, com uma grande parte seguindo a religião animística.

Cada comunidade tem o seu dialeto, sendo o crioulo a língua mais utilizada na comunicação oral entre as várias etnias. Apesar da língua oficial do país ser o português, apenas cerca de 13% da população fala português.

2.3.1. Cultura (música, dança, arte e gastronomia)

A Guiné-Bissau possui um património cultural bastante rico e diversificado, desde a música, dança, usos/costumes, artesanato, gastronomia.

As diferentes etnias e línguas do país produzem grande variedade a nível de dança, da gastronomia, das expressões artísticas, da tradição musical e das manifestações culturais, sendo a dança a verdadeira expressão artística dos diversos grupos étnicos.

A maior festa do país, onde é possível verificar a diversidade cultural, é o **Carnaval**. Manifestação que representa um grande momento de partilha e diálogo inter e intracultural e sobretudo um momento de grande convívio, onde cada etnia mostra as suas danças, cantigas, os seus trajes, sob o ritmo de vários instrumentos musicais (tambores, bombolon, tina, etc).

Os rapazes mais jovens dedicam-se à criação de “N’turudu”⁸, usando a sua criatividade para esculpir diferentes peças.

São feitos desfiles, onde no final são escolhidos os vencedores, correspondente ao grupo que melhor representar a sua cultura.

A música faz parte do quotidiano das várias comunidades, mas cada etnia tem o seu estilo diferente e está presente nos momentos de lavoura, festas e rituais religiosos⁹, com muitos ritmos, instrumentos musicais e danças. No entanto, o estilo musical dominante é o **Gumbé**, músicas em crioulo e desenvolvidas à volta de temas tais como a sociedade, as relações humanas e amorosas, e também questões políticas e estabilidade do país.

São muitos os que têm contribuído para a “evolução” do Gumbé, artistas como Sidónio Pais, Justino Delgado, Manecas Costa, os Tabanka Djaz, Rui Sangára, Dulce Neves, Maio Copé, entre outros. Também a nova geração tem contribuído para a evolução da música guineense, que abraçando o estilo original de Gumbé, vão-se ajustando aos tempos modernos, criando um “rap” num estilo original.

⁸ Máscaras de carnaval feitas de embalagens de saco de cimento e de lama.

⁹ Há três instrumentos musicais característicos da Guiné-Bissau, o Kora (constituído por uma cabaça com adaptação de uma viola), o Balafon (xilofone com lamelas de madeira) e a Tina (composto por um recipiente com água e uma cabaça).



Figura 8- Desfile de Carnaval



Figura 9- N'turudu, máscaras de Carnaval

A Guiné-Bissau possui um artesanato muito rico e variado, desde esculturas feitas em madeira, a trabalhos em vime, olaria, instrumentos musicais, jóias e panos, etc. A tecelagem é uma tradição muito antiga e a versatilidade do conhecido “Panu di Pinti”¹⁰, não a deixa cair em desuso. A tecelagem tem um forte impacto no desenvolvimento económico do país, contando com cada vez mais exportações.

A gastronomia¹¹, caracterizada por sabores intensos, é também muito diversificada, com vários ingredientes, sabores e cores¹², que derivam dos produtos locais. Cada etnia tem um prato específico, mas que no geral acabam por ser consumido por todos. O arroz, cultivado pela própria população, é a base principal da alimentação dos guineenses. O chabéu e o óleo de palma são as gorduras vegetais mais utilizadas por todas as etnias.

Na Guiné-Bissau, apesar de ser um país multicultural, não existe muita divergência entre as etnias, todos convivem, respeitando as práticas culturais de outras etnias, o que acaba por convergir numa imagem única identitária nacional.

¹⁰ Pano de Pente em português, este é um pano feito num tear, de forma artesanal, maioritariamente em algodão, são usados em várias ocasiões de grande significado para o país, passando pela política, moda, cerimónias fúnebres, casamentos tradicionais, e decoração, é uma verdadeira herança cultural.

¹¹ Os pratos típicos da culinária guineense são: o Caldo de Chabéu (com óleo de palma), o Caldo de Mancarra (caldo de amendoim), Siga (confeccionado com quiabos, carne ou peixe e camarões), Pitche-Patche de ostras (arroz de ostras), Cafriela (galinha com molho de limão).

¹² Quanto às bebidas, com ou sem álcool, destaca-se o vinho de palma (extraído de palmeiras), a bebida alcoólica mais consumida no país. As frutas existentes no país, permitem uma diversidade de sumos naturais, muito consumidos pela população.



Figura 10- Esculturas em Madeira



Figura 11- Pano de Pente



Figura 12- Chabéu/ Caldo de Chabéu

2.4. Iniciativas Públicas e Privadas de Desenvolvimento

Se nos focarmos na realidade Guineense, no seu todo, o Estado tem vindo a investir diretamente na melhoria do equipamento básico estrutural (estradas, redes de água, esgotos e saneamento, redes elétricas) e na reabilitação de alguns edifícios públicos, tendo deixado para a iniciativa privada, local e estrangeira, outras iniciativas em edifícios de cariz habitacional.

O executivo guineense pretende intervir em todas as cidades do país, mas começou por escolher quatro cidades para o desenvolvimento de projetos-piloto, no âmbito de um plano de intervenção urbana de grande envergadura (Jornal Observador 2015), existindo conversações com universidades portuguesas, nomeadamente com a Universidade de Aveiro, no sentido de serem reabilitados todos os edifícios coloniais com valor histórico, em Bolama.

Situada no arquipélago dos Bijagós, Bolama foi capital da Guiné até 1941, altura em que esse estatuto passou para Bissau, mas a cidade permanece conhecida pelos edifícios de traços marcadamente coloniais, votados ao abandono e em grave estado de degradação.

Um gabinete português de consultoria em arquitetura, a BO Associados, foi contratado em 2015, pelo executivo guineense, para apresentar um estudo de reabilitação urbana destas cidades. Bolama, Cacheu (norte), Bafatá (leste) e Bissau, foram escolhidas pelo Governo Guineense, como cidades piloto para levar a cabo uma série de obras de reabilitação de edifícios, ruas, esgotos e rede elétrica, pretendendo-se ainda que sejam reabilitados, nestes centros urbanos, pelo menos cinco quilómetros de ruas com pavimento. Cada uma das quatro cidades será preparada para albergar novos polos de desenvolvimento. Bolama será um polo universitário para formação de professores e técnicos de turismo, Bafatá um polo agrícola e Cacheu albergará um polo universitário ligado ao turismo. Contudo, este projeto ainda não foi concretizado.

Grande parte do, ainda pouco, investimento estrangeiro na Guiné-Bissau é oriundo de países como Espanha, China¹³ e França, havendo grupos hoteleiros franceses interessados no potencial turístico da Guiné-Bissau. Israel tem também demonstrado interesse em estabelecer relações económicas com a Guiné-Bissau, intenção manifestada pelo governo hebraico, em março de 2017, através do Embaixador Paul Hirschson (Jornal O Democrata 2017).

¹³ Segundo informações prestadas à imprensa por Mama Samba Embalo da Associação Nacional dos Agricultores da Guiné-Bissau (ANAG), num encontro da Câmara de Comércio, Indústria da China Ultramar com o presidente da República José Mário Vaz, a China pretende realizar projetos nas áreas da hotelaria, saúde e agricultura. Os empresários chineses estão também interessados em investir na produção de arroz, prevendo-se ainda que venham a construir um Hospital de referência em Bissau, bem como assegurar a assistência médica e medicamentosa.



Figura 13 – Bolama (antiga Capital Colonial)

Paul Hirschson reconheceu que a Guiné-Bissau tem grande potencialidade para se desenvolver e poder vir a tornar-se num dos melhores países da sub-região. Israel é um país que avançou muito nas áreas de tecnologia da água e segurança, pelo que pode também ajudar a Guiné-Bissau no controlo do mar, uma vez que existe uma grande preocupação com o roubo de peixe do mar guineense.

Outros encontros têm sido realizados desde 2017, nomeadamente com os ministros guineenses dos Negócios Estrangeiros, Recursos Naturais, Primeiro-Ministro e com o Chefe de Estado, José Mário Vaz, nos quais se estreitaram laços de cooperação¹⁴, o que levou a que a Guiné-Bissau tivesse sido convidada a participar numa Conferência Internacional sobre a Tecnologia da Água, levada a cabo em setembro de 2017 em Israel.

Em novembro de 2018, na inauguração da 2.ª edição da Feira das Empresas, organizada pela Confederação Empresarial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o Presidente da República da Guiné-Bissau José Mário Vaz, manifestou o apoio do Governo guineense aos empresários portugueses interessados em apostar no país, salientando que este é o momento certo para investir na Guiné-Bissau.

Por seu turno, o Embaixador de Portugal, António Alves de Carvalho reafirmou, no dito encontro, que há um interesse crescente dos empresários portugueses pelo mercado da Guiné-Bissau. O diplomata salientou também que as empresas portuguesas podem ganhar não só na Guiné-Bissau, como também no mercado sub-regional, com cerca de 250 milhões de potenciais clientes e consumidores, referindo-se à Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, da qual o país faz parte.

Para inverter a tendência do pouco investimento estrangeiro, a Guiné tem apostado na melhoria do ambiente de negócios, implementando medidas legislativas e estímulos à fixação de investimento no país, nomeadamente a isenção de pagamento de impostos durante 10 anos e a não obrigatoriedade de parceria com agentes locais.

A Guiné-Bissau faz parte da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e da União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), o que garante aos investidores liberdade de repatriação de capitais e de lucros, bem como a estabilidade cambial através da paridade fixa entre o Franco CFA (moeda comum da União) e o Euro (Lusofonia Económica 2013).

¹⁴ Israel pediu às autoridades guineenses para abrirem representação diplomática em Israel (chefiada por embaixador não residente) com vista a facilitar os laços entre os dois países, dado que se pretendia identificar oportunidades comerciais e económicas para os investidores israelitas em parceria com os homens de negócios da Guiné-Bissau.

As operações de investimento na Guiné-Bissau regem-se pelo Código de Investimento, aprovado pela Lei n.º 13/2011, de 6 de julho.

A entidade responsável pela promoção ativa de condições propícias à realização de investimento estrangeiro na Guiné-Bissau é a Guiné-Bissau Investimentos (G.B.I.) Entre a Guiné Bissau e Portugal está em vigor um Acordo sobre a Promoção e a Proteção Recíprocas de Investimentos (APPRI) e uma Convenção para Evitar a Dupla Tributação (CEDT).

2.4.1. Projeto SURE-África

O projeto *SURE-Africa*¹⁵ (*Sustainable Urban Renewal: Energy Efficient Buildings for Africa*), foi um projeto elaborado no âmbito académico, onde participaram três instituições académicas europeias – o Instituto Superior Técnico (coordenador do projeto), a Universidade de Cambridge (Reino Unido) e a Universidade de Lund (Suécia) – e quatro instituições africanas: o Departamento de Arquitetura da Universidade Agostinho Neto (Angola), a Escola Internacional de Artes do Mindelo, o Ministério das Infraestruturas e Transportes da República da Guiné-Bissau, e a Faculdade de Arquitetura da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique). Teve como objetivo a análise e estudo de quatro países africanos e propor soluções de reabilitação sustentável dos edifícios.

Ao longo do projeto *SURE-Africa*, que decorreu entre 2007 e 2009, foram realizados diversos seminários, *workshops* e conferências, foi criada uma rede de conhecimento entre as instituições envolvidas, no domínio da arquitetura e planeamento urbano sustentável, e foi produzido material de apoio ao ensino, assim como manuais de boas práticas¹⁶.

O manual tem como principal objetivo sugerir medidas básicas para a prática de uma arquitetura sustentável. Destina-se a estudantes e profissionais de arquitetura e engenharia civil, sendo também acessível ao público com alguma preparação técnica na área da construção. Tendo em conta o clima, os recursos naturais e o contexto socioeconómico, são traçadas, de forma simplificada, estratégias de boas práticas de projeto.

O projeto *SURE-Africa* visava prestar o seu contributo para um desenvolvimento sustentável, através da área vital da eficiência energética em edifícios e cidades e, por essa via, reduzir a pobreza. A situação económico-social dos países participantes deste projeto era representativa da realidade de muitos outros países africanos marcados por conflitos armados de longa duração e com economias depauperadas.

Para além da necessidade premente de reconstruir e reabilitar edifícios públicos (escolas, hospitais, edifícios de comunicações e gares de transporte) e dar respostas à necessidade de habitação condigna, estes países têm ainda grandes fragilidades em termos de regulamentação urbanística (deficiente ou inexistente).

¹⁵ Website com informação atualizada: <http://www.sure-africa.org>

¹⁶ Um manual por cada país envolvido (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique) que inclui uma visão geral do contexto local (socioeconómico, climático, cultural, recursos locais e tecnologia, entre outros), apresenta uma série de recomendações aplicáveis à grande parte das tipologias de imóveis (desde autoconstrução a edifícios mais complexos, tais como edifícios de escritórios ou infraestruturas turísticas), bem como outras nos domínios do planeamento urbano, do uso da água e da utilização de energias renováveis, apresentando alguns *case studies* locais.



Figura 14- Manual de boas práticas

O impacto desta iniciativa foi tal que levou ao surgimento de vários protocolos de intercâmbio técnico-científico, formalizados entre instituições europeias e africanas, destacando-se especialmente a Rede de Arquitetura e Urbanismo Sustentável criada para países lusófonos, incluindo o Brasil, São Tomé e Príncipe e Timor.

Apesar da importância desta iniciativa na prática não se tem assistido à aplicação destes modelos no terreno.

3. A Cidade de Bissau

3.1. Evolução Urbana

A cidade de Bissau foi fundada na segunda metade do século XVIII, num ponto estratégico no estuário do Rio Geba que era na altura um dos principais meios de comunicação fluvial entre a costa e o interior. A história de Bissau enquanto cidade começa com a construção da Fortaleza de Amura¹⁷, em 1766, o que lhe permitiu assumir importância no contexto global do país em termos económicos e comerciais. Com uma muralha de 4 metros em toda a sua extensão, cumpria a função de separar os colonizadores da população indígena, pois a relação entre colonizadores e indígenas não era pacífica, dado que a população nunca aceitou a presença Portuguesa no país. A fortaleza tinha a função, não só de proteger os Portugueses de outros colonizadores, como também da própria população nativa.

Bissau era centro administrativo da colónia, mas em 1879 a capital foi transferida para Bolama, pelo que passou a ter um papel secundário, até que, em 1940, voltou definitivamente a ser capital da colónia (Acioly, 1993).

A maior parte da cidade de Bissau foi construída entre as décadas de 1940 e 1960. Em 1945 durante o Estado Novo, o Gabinete de Urbanização Colonial (GUC)¹⁸ começou a trabalhar na Guiné-Bissau, nas cidades de Bissau, Bafatá, Varela, Canchungo, Mansoa, Farim, e Gabú, onde desenvolveram obras de carácter público (equipamentos de saúde, educação, habitação, serviços, religiosos) e também algumas infraestruturas.

Os programas tenderam a privilegiar a grande escala urbana. Liceus e Escolas Técnicas, Hospitais e Serviços Administrativos constituem as tipologias mais aprofundadas. Delegações de Correios, Sedes Sindicais, Museus, instalações desportivas e edifícios religiosos. (Milheiro, 2011, p.39).

¹⁷ Esta Fortaleza, designada de “Praça de S. José”, foi construída em homenagem ao Rei que ordenou a sua construção.

¹⁸ Organismo criado em 1944, dependente do Ministério das Colónias. Dedicava-se exclusivamente à execução de projetos de arquitetura e urbanismo das colónias Portuguesas. Fonte: Artigo Ana Milheiro e Eduardo Dias -“*Arquitectura em Bissau e os Gabinetes de Urbanização colonial (1944-1974)*”.

Figura 14: Alguns edifícios públicos em Bissau (localização aproximada colocada sobre mapa de toponímia actualizada depois da independência). Atribuído localmente a Eurico Lopes, c. 1996.

- a. 1945-1949 (projectos realizados pelo GUC)
1. Palácio do Governo
 2. Sé Catedral
 3. Escola das Missões Católicas
 4. Mercado Municipal
 5. Hospital de Bissau
- b. 1950-1959 (projectos realizados pelo GUU/DSUH)
6. Edifício dos CTT
 7. Pavilhão de Tisiologia
 8. Estação Meteorológica da Guiné
 9. Pavilhão Central do Hospital de Bissau
 10. Candeeiros do Palácio do Governador
 11. Sport Lisboa e Bissau
 12. Liceu de Bissau
- c. Outros projectos não datados (até 1974)
13. Museu, Biblioteca e Arquivo Histórico
 14. Monumento ao Esforço da Raça
 15. Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné (iniciativa privada)
 16. Cinema UDIB (iniciativa privada)
 17. Administração Civil
 18. Alfandega
 19. Edifício de Funcionários dos CTT

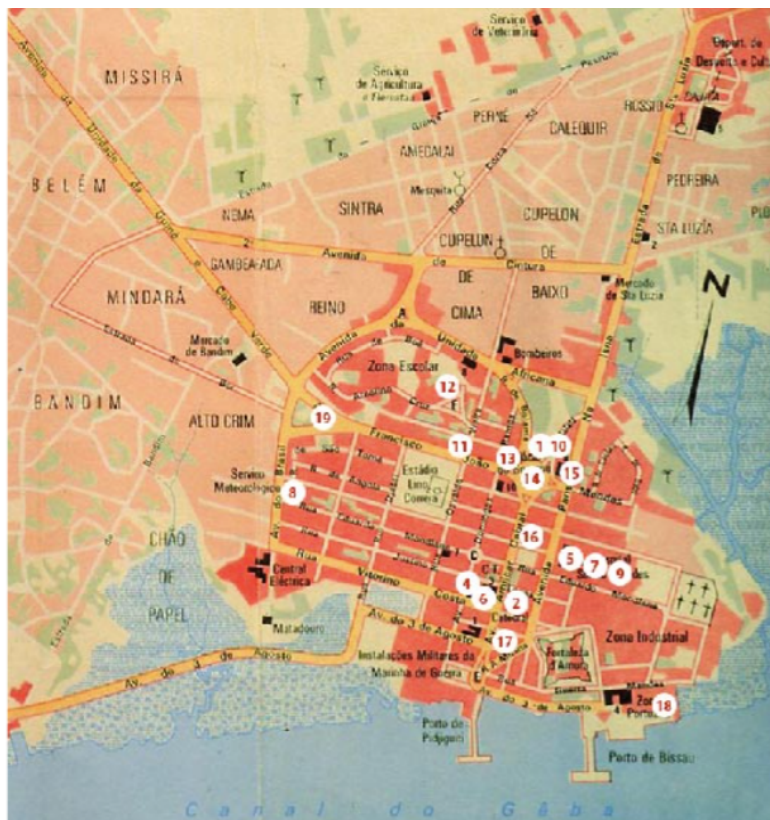


Figura 15- Projetos elaborados pelo GUC

O GUC foi também responsável pelo estudo do plano geral de urbanização para Bissau.

As viagens de reconhecimento dos técnicos ao serviço do Ministério das Colónias e do Ultramar iniciam-se logo com o arranque dos trabalhos do Gabinete de Urbanização Colonial, como prova o relatório elaborado pelo eng. José António dos Santos Guardiola que relata a visita à Guiné (provavelmente em 1945) na companhia do arquiteto José Manuel Galhardo Zilhão para elaboração do Plano Diretor da Cidade de Bissau. (Milheiro, 2011, p.25).

Esse plano, aprovado em 1948, dividiu a área urbana em duas zonas distintas: a zona antiga da cidade, «Bissau Velho», e a zona de expansão, «Bissau Novo». Relativamente à primeira teve em consideração a sua estrutura e manteve a sua morfologia de ruas estreitas e com edifícios de dois pisos, onde o piso térreo era normalmente destinado ao comércio. A construção era maioritariamente em tijolo e adobe.

A zona de expansão, «Bissau Novo», foi pensada com novos critérios, em coerência com os princípios da época que assentavam na segregação dos indígenas, conforme decorre do 9º artigo do regulamento do plano com legitimação também em argumentos técnicos: «os bairros indígenas seriam implantados fora do perímetro da cidade».

“Bissau Novo” foi traçado com uma nova malha quadricular com ruas arborizadas formando quarteirões de grandes dimensões e ainda o zonamento, distribuindo as diferentes atividades, residenciais, comerciais, industriais e espaços verdes e desportivos (Acioly, 1993).

A cidade foi estruturada por zonas funcionais, com uma zona industrial, e a alfândega perto do porto de Bissau e a Fortaleza de Amura. A zona central, corresponde à zona administrativa, foi estruturada segundo uma malha ortogonal, com quarteirões retangulares, localizando-se aqui os principais equipamentos da cidade.

Ainda em torno da zona central situavam-se o bairro comercial, o bairro de casas económicas e vários bairros residenciais. Fora desse limite situavam-se os subúrbios, onde depois se viram a desenvolver os múltiplos bairros informais da cidade, cada um com características arquitetónicas diferentes.

Entretanto, na periferia do núcleo colonial, os bairros populares cresciam e adensavam-se informalmente, sem qualquer orientação advinda de um planeamento prévio (Acioly, 1993).

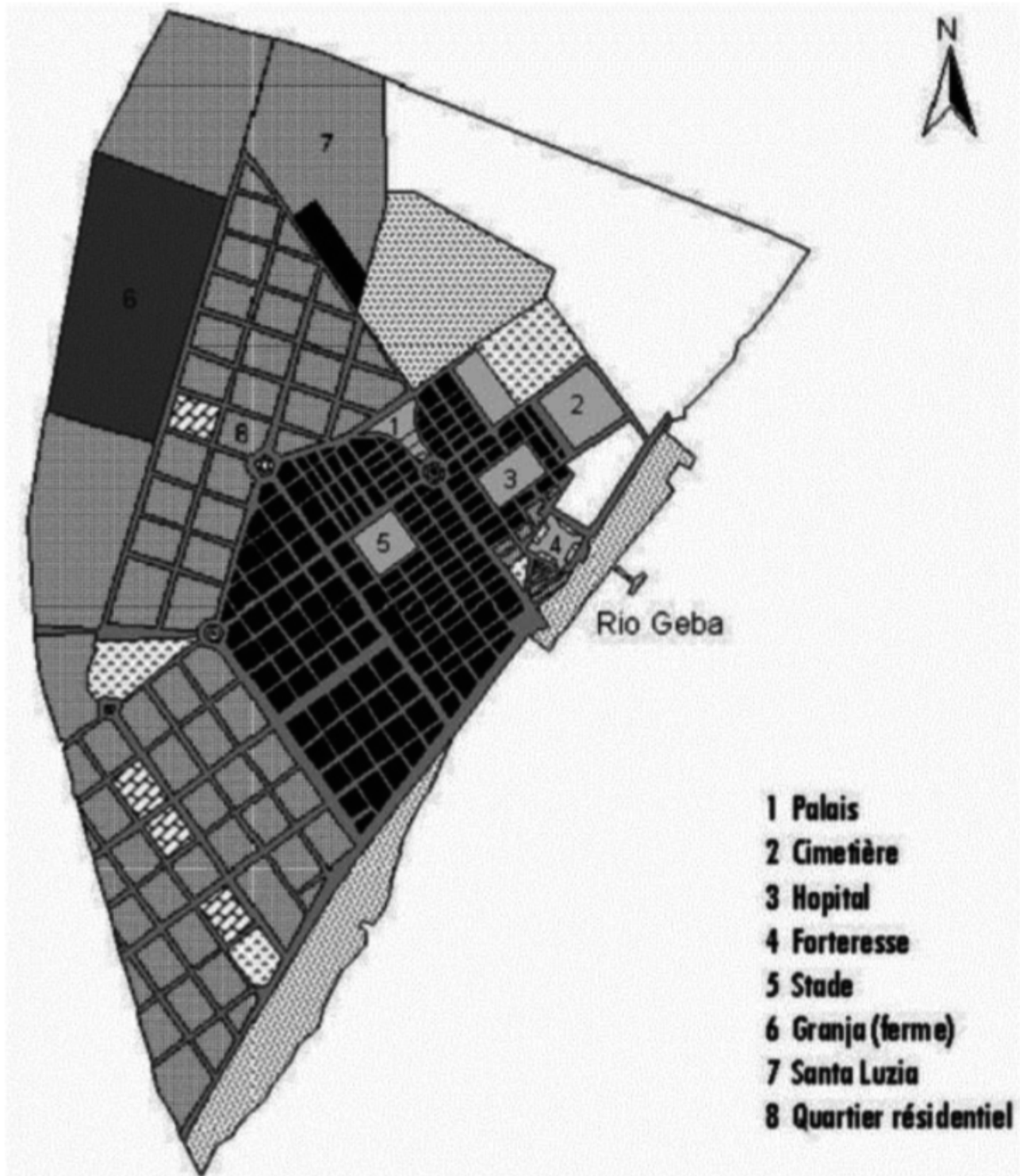


Figura 16- Plano de Urbanismo de Bissau aprovado em 1948

1. Palácio
2. Cemitério
3. Hospital
4. Fortaleza
5. Estádio
6. Granja
7. Santa Luzia
8. Quartel residencial

A partir dos anos 1960, a estrutura urbana da cidade passou a sofrer várias transformações drásticas, por duas razões significativas. A primeira refere-se ao processo de urbanização espontânea tolerada pela administração colonial, dando origem ao que hoje se chama bairros periféricos, que correspondem a mais de 70 % da área urbana cidade. A segunda diz respeito à nova política urbana portuguesa inserida no programa “Guiné Melhor”, que impulsionou vários projetos de habitação, infraestruturas e embelezamento geral da cidade, sobretudo após 1968 (Acioly, 1993).

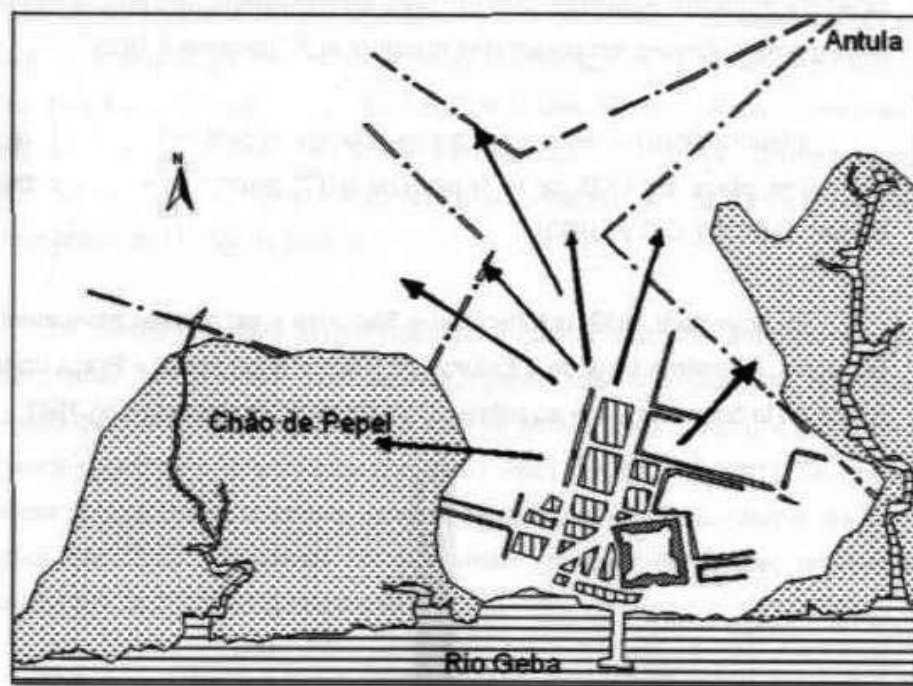
Nos primeiros anos da independência, as dificuldades com que o governo do PAICG se deparou e as medidas que tomou não lhe permitiram controlar o êxodo rural. A cidade de Bissau, bem como as outras capitais da África subsaariana, continuou a crescer de forma acelerada, do ponto de vista demográfico e urbano, assistindo-se nos últimos anos à sua rápida expansão.

O comércio foi-se concentrando em Bissau, capital da Guiné-Bissau independente, sob o monopólio do Estado (armazéns do povo e do Socomin), o que contribuiu mais ainda para que a Capital assumisse a função de polo urbano do país, favorecendo assim o seu rápido crescimento populacional (Acioly, 1993).

Primeiramente, antes de tudo, é importante aqui realçar que a cidade construída no século XX e desenvolvida durante muitos anos, foi uma cidade que não enfrentava tantos problemas como hoje enfrenta. Muito devido à instabilidade política do país e a algumas guerras civis, o país e a cidade hoje perderam muito do que tinham ganho e vários edifícios destruídos nas guerras, ainda hoje permanecem destruídos.

A insegurança e as inúmeras crises políticas por que o país tem passado contribuíram para o êxodo rural e para um crescimento descontrolado das periferias com bairros de gênese informal e sem infraestruturas e equipamentos. Esta situação conduziu ao aumento da procura e da utilização dos serviços e equipamentos existentes na área consolidada, que, hoje, já não conseguem dar resposta a todas as solicitações.

O crescimento acelerado não foi acompanhado de políticas públicas de implementação de infraestruturas básicas, estando estas infraestruturas e equipamentos repartidos de forma desigual no espaço da Capital. Apesar do crescimento espacial acentuado, em termos funcionais, a estrutura orgânica não sofreu grandes alterações: o que antes era a cidade colonial, hoje o centro da cidade, manteve as funções de centro administrativo, concentrando também as principais atividades comerciais.



Legenda

- ▲ Sentido da expansão da cidade
- ▤ Área Urbana
- Fortaleza de São José
- ▨ Área Inundável

Figura 17- Expansão da Cidade

Com efeito segundo o Relatório da Comissão Técnica interministerial de 2013 a ausência de infraestruturas urbanas é um dos maiores e mais urgentes problemas da cidade (CMB 2013).

A morfologia da cidade é bastante clara. A cidade colonial, o centro, é uma cidade planeada com um traçado ortogonal, com avenidas largas, e edifícios alinhados, já a periferia, apresenta uma malha mais orgânica com arruamentos estreitos, com edifícios construídos com materiais modestos (palha, zinco, areia, etc), mas sem qualquer tipo de infraestruturas.

Existem mais de 30 bairros em Bissau, sendo a maioria, bairros informais. O centro da cidade, uma parte do Bairro de Santa Luzia, Bairro de Ajuda 1 e 2, Bairro São Vicente de Paulo, Bairro internacional, Bairro de Luanda e Alto Bandim, são os bairros que podem ser considerados bairros planeados (Mendy, 2006).

As novas áreas de ocupação habitacional informal, são zonas sem infraestruturas de salubridade mínimas, como abastecimento de água e saneamento básico e assistem hoje a uma forte pressão populacional, já que cerca de 80% da população de Bissau concentra-se nestes bairros periféricos. Assim, somente cerca de 17% da população possui água corrente, embora tenha havido um alargamento da rede de abastecimento de água a todos os bairros da cidade e a construção de fontenários públicas. Cerca de 40% das habitações estão ligadas à rede pública de eletricidade, mas ainda assim defeituosa, devido à falta de combustível, ou avarias nos geradores da central de Bissau (EAGB), obrigando assim a população a adquirirem os seus próprios geradores para se abastecerem.

O sistema de esgotos na cidade é bastante restrito¹⁹. Estima-se que no centro da cidade, cerca de 1,6% das construções têm ligação a um sistema público de esgotos, embora esta rede seja muito antiga e se encontre bastante degradada. Para o escoamento das águas pluviais, são construídas valetas de drenagem, técnica mais utilizada, embora não muito eficaz, pois são construídos a céu aberto e são utilizados como canais de depósito de lixo pelos moradores o que dificulta o escoamento das águas e facilita o risco de transmissão de doenças (Relatório CMB 2013).

Em grande medida estes problemas são agudizados devido ao modelo de baixa densidade que tem sido aplicado, que acaba por dificultar a construção das infraestruturas, porque exige um maior investimento. Por outro lado, a ausência de redes de esgotos pluviais provoca estagnação de águas residuais, facilitando a propagação de doenças.

¹⁹ Predominando o sistema de fossas sépticas que, apesar de ser adequado ao tipo de solo existente, por ter uma boa capacidade de infiltração e absorção, constitui um risco para a saúde pública.



Figura 18- Bairros da Cidade de Bissau



Figura 19- Valeta de Drenagem

A principal via de entrada/saída – Av. Combatentes da Liberdade da Pátria – com três faixas de rodagem de cada lado e cerca de 7 km de extensão, liga as duas principais infraestruturas da cidade, o Aeroporto Internacional Osvaldo Vieira e o Porto de Bissau. É baixa a percentagem do território servida por rede viária qualificada, sendo esta constituída sobretudo por arruamento com uma faixa de rodagem com uma única via em cada sentido.

O acesso ao interior dos bairros está de um modo geral em muito mau estado, com vias em terra batida, sem pavimento, situação que se agrava nas épocas de chuva, pela inexistência de redes de drenagem e de passagens hidráulicas para o escoamento das águas pluviais, sendo que algumas ruas chegam mesmo a ficar intransitáveis.

O sistema de transportes urbanos da cidade é garantido sobretudo pelo sector privado por uma rede de transportes públicos de Táxis e “Toca-toca”.

Os Táxis, geralmente Mercedes azuis e brancos, com capacidade máxima para 4 pessoas, onde não existem taxímetros e as viagens têm um preço fixo de acordo com o destino. Já os “Toca-toca” são carrinhas tipo Hyace, amarelas e azuis, com capacidade para 15 lugares sentados, com possibilidade de irem pessoas de pé, indicam com placas o seu destino, geralmente para os bairros de fora do centro da cidade.

Embora havendo um grande número de oferta, não existem grandes condições dentro dos veículos, os Táxis são partilhados e os Toca-Tocas na maior parte das vezes leva mais passageiros do que aquilo que é permitido. A má qualidade das vias e até a falta de civismo dos condutores também são um grande contributo para esse problema. A má qualidade das vias de alguns bairros impossibilita a circulação de transportes públicos e dificulta a acessibilidade a esses bairros.

O trânsito é caótico, em grande medida pela falta de planeamento, desenho e conservação da rede viária. Quer pela dimensão das vias quer pelo seu estado de conservação. Não existem vias de circulação dedicada para transportes públicos, nem pontos específicos de recolha e largada de passageiros o que dificulta ainda mais a circulação.

Em toda a cidade, existem várias escolas públicas que funcionam com alguma deficiência de instalação. A maioria das escolas são privadas e têm um ensino mais rigoroso. Existem também alguns estabelecimentos de ensino Superior na cidade, a Faculdade de Direito de Bissau, a Faculdade de Medicina de Bissau, Universidade Amílcar Cabral (UAC), Jean-Paiget, e Universidade Lusófona de Bissau.



Figura 20- Eixo estruturante da Cidade



Figura 21 – Táxis



Figura 22 – Toca-Toca

Apesar de existirem estas Universidades, muitos dos jovens candidatam-se a bolsas de estudo para estudar no estrangeiro (parcerias do estado Guineense, com países como: Marrocos, Portugal, China, Turquia, Cuba, etc). Mas, a maioria dos jovens que vai estudar fora, acaba por ficar no país onde estudaram, não voltando para o seu país de origem.

A cidade hoje tem poucos edifícios de cariz cultural. Tem dois museus e alguns centros culturais, nomeadamente o Museu Etnográfico, o Museu Militar, o Centro Cultural Português, o Centro Cultural Francês, o Centro Cultural Brasileiro e o Centro Cultural Russo, onde se realizam atividades como apresentações de livros, mostra de danças tradições e teatros. Possuem ainda pequenas bibliotecas e aulas de línguas correspondentes a cada país, incentivando e promovendo a relação da Guiné-Bissau com outros países.

No que diz respeito aos equipamentos públicos, o seu número é claramente insuficiente para servir toda a população. Existem em toda a cidade um conjunto de quatro hospitais públicos, algumas clínicas privadas e poucos centros de saúde nos bairros, e ainda apresentam várias deficiências, nomeadamente pelo estado de conservação dos edifícios onde estão instalados, pela falta de equipamentos e de profissionais de saúde. Também as escolas são insuficientes para o número de crianças e estão mal distribuídas pelos diferentes bairros.

Na cidade existem três grandes hotéis e cerca de sete pequenos estabelecimentos hoteleiros, isso devido ao grande crescimento do Turismo no país.

No que toca aos equipamentos de cariz cultural, há uma clara falta de investimento. Existem poucos museus e bibliotecas e a cidade não dispõe de salas de cinema nem de teatro, que são fundamentais para o desenvolvimento social e cultural da cidade. Alguns serviços funcionam em construções rudimentares, prefabricadas ou adaptadas, ou em barracões feitos com matérias precárias, sem condições de conforto e de segurança (exemplo: cinemas).

Essa falta de investimento nesses equipamentos capazes de reunir a população em torno de interesses comuns, é realmente preocupante pois, sem esses polos de convívio e de atividades múltiplas, a população torna-se culturalmente “pobre”, quando, noutras circunstâncias, poderia ter oportunidade de desenvolver novas competências culturais e sociais.

Note-se que este aspeto é também relevante no domínio do estímulo à sociabilização, da preservação dos bons costumes e da proteção dos valores histórico-culturais.



Figura 23- Trânsito na Avenida Principal

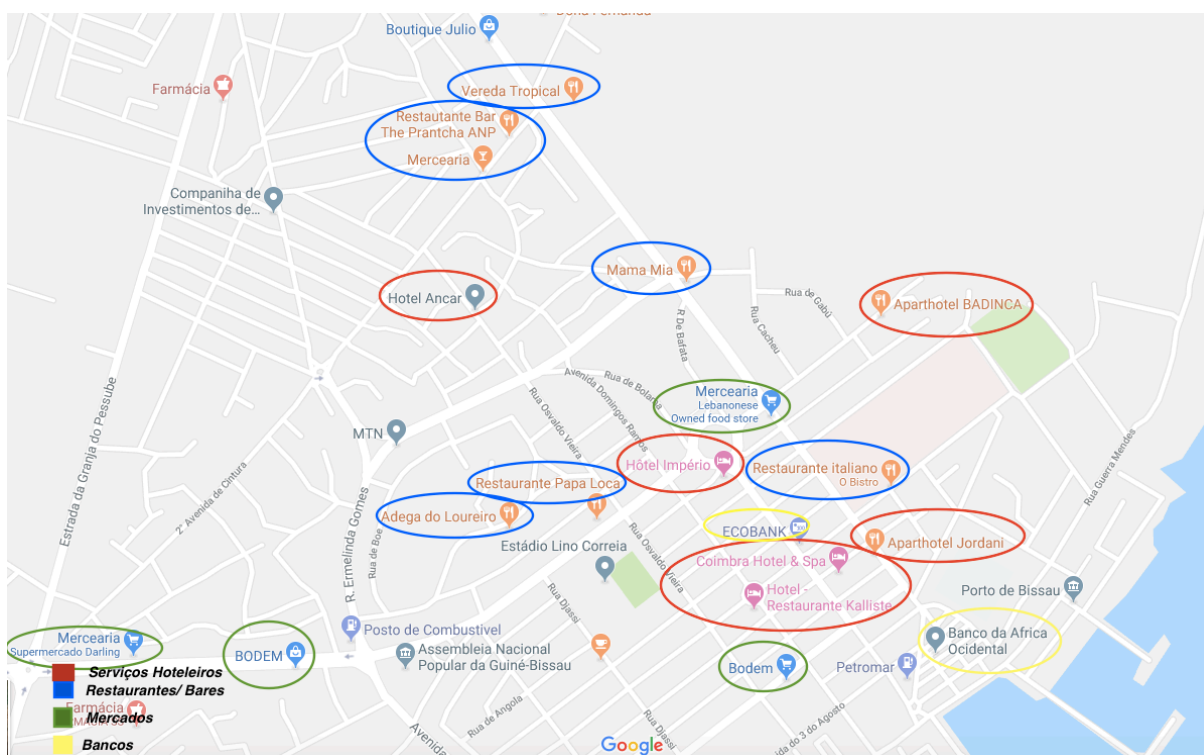


Figura 24- Serviços



Figura 25- Exemplo de cinemas em Bissau

3.2. Planos e Planeamento

Depois da independência, o primeiro plano de planeamento e gestão urbanística a ser aprovado foi o Plano Geral de Urbanismo aprovado em 1996. Este plano deu muita importância aos aspetos de zoneamento e regulamentação urbanística, acabando por negligenciar aspetos mais pragmáticos e programáticos que um plano da cidade deve possuir. O plano peca por não apresentar uma estratégia clara que venha a promover e orientar o desenvolvimento urbano em seu sentido mais amplo, articulando as diversas funções e atividades produtivas, económicas e administrativas da capital. O Projeto de melhoramento dos Bairros de Bissau (PMBB), projeto de cooperação entre as autoridades municipais, os moradores dos bairros e o serviço Holandês de Cooperação, teve início em 1986 a fim de lançar um processo de melhoramento estrutural nos bairros populares mais antigos da cidade. O Plano Geral de Urbanismo de 1996 é muito estático, acaba por não prover uma base económica para sua realização prática. Não oferece nenhuma articulação com o setor privado emergente e nem uma interação com o projeto de desenvolvimento PMBB, principalmente quando se considera que o PMBB estará envolvido em nove bairros da cidade durante o período inicial de implementação do PGU e atuando sob um prisma institucional que prevê a organização de uma empresa municipal de urbanização e regularização de bairros (Acioly, 1993).

Este Plano Geral de Urbanismo foi revisto em Setembro de 2009, prevendo-se então para a cidade uma nova forma de ocupação urbana, enquadrada por amplos parques e espaços verdes, onde se incluía a transformação da Granja de Pessubé num parque com um jardim zoológico e áreas para cultura e desporto e, ainda, grandes áreas urbanizáveis para uma futura expansão da Cidade.

Os bairros existentes são definidos e servidos por vias secundárias e as unidades de ordenamento são estruturadas a partir destas e das vias primárias. Este Plano não prevê a transformação de solos utilizados para a produção agrícola, sem prejuízo das zonas de cultivo poderem no futuro ser transformadas em áreas para construção de parques e zonas de lazer urbano. No que respeita à indústria, esta não ocupa um lugar menos importante neste Plano, pois são asseguradas as condições para uma eventual expansão do parque industrial.

O Plano prevê, ainda, a criação de uma zona industrial perto do porto, entre outras mais para a periferia. Relativamente ao comércio, planeia-se nesta revisão de 2009 do PGU a construção de uma zona própria para o desenvolvimento desta atividade nas áreas suburbanas. As preocupações com o sector do turismo estão expressas neste Plano ao reservar espaços

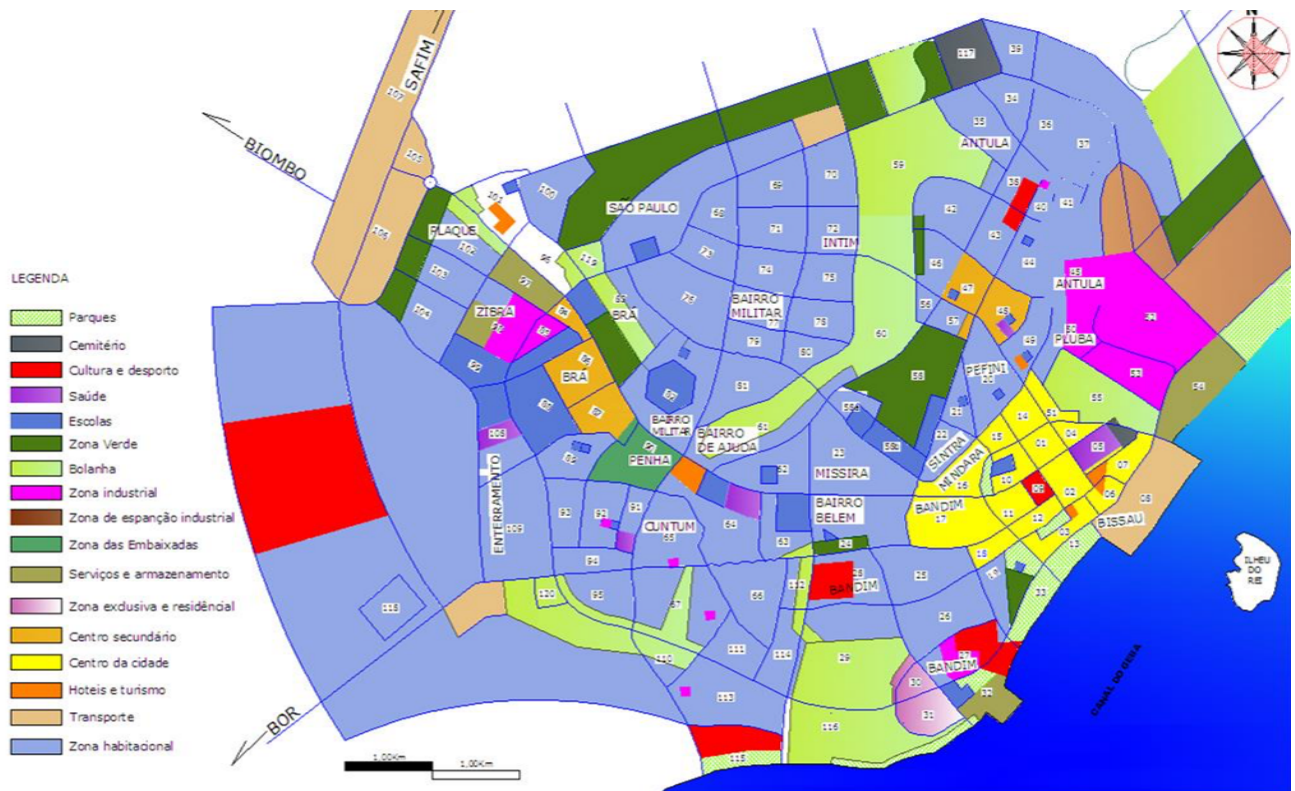


Figura 26- Plano Geral de Urbanismo de Bissau aprovado em 1996

para a construção de hotéis, parques de campismo e parques turísticos, bem como pela regulamentação do processo de concessão de terras nos Ilhéus do Rei e dos Pássaros.

Está ainda prevista a criação de centros administrativos em Mindara e Bra (onde já se está a verificar a construção de novos edifícios para embaixadas). No fundo a intenção aqui é concentrar mais os serviços da administração, tais como ministérios e outros organismos públicos.

Ao nível do sistema viário pretende-se facilitar o acesso dos veículos pesados de mercadoria às zonas de armazenagem, porto e aeroporto, através da construção de uma via de circunvalação «Volta de Bissau».

Este plano também prevê a implantação de sistemas separativos de redes de esgotos domésticos e pluviais ao longo das vias e dos respetivos coletores. No que respeita ao abastecimento de água, está prevista a construção de nove estações de bombagem e duas estações de purificação de água, uma a norte e outra a sul da cidade (CMB 2009).

3.2.1. Sinais de uma Cidade em Transformação

Nos últimos anos têm-se assistido a um conjunto de intervenções de reabilitação de edifícios, especialmente grandes edifícios de equipamento e de espaço público. Embora ainda seja muito pouco, mas tem havido mais obras de reabilitação na cidade.

Palácio da República

O Palácio da República foi construído em 1946, como alojamento do chefe do Governo. Foi destruído na guerra civil de 1998, e passados 15 anos, em 2013, o Palácio foi finalmente reabilitado pelo governo Chinês, numa cooperação entre a China e a Guiné-Bissau. A obra de reabilitação teve uma duração de 18 meses.

Atualmente, mantém a mesma função, sendo a residência do Presidente da República²⁰.

Praça dos Heróis Nacionais

A Praça, situada no centro da cidade, foi construída em meados dos anos 90, em frente ao Palácio da República. É a maior praça da cidade de Bissau e é a principal zona de convívio, passeio e lazer, onde as famílias se reúnem aos finais de semana para passar a tarde.

Ao longo dos anos foi sendo voltada ao abandono, sem qualquer tipo de obra de manutenção, e começou a ficar degradada, nomeadamente ao nível do mobiliário urbano e da zona ajardinada.

Em 2015 a praça foi completamente reabilitada, estando hoje funcional e cuidada²¹.

Museu Etnográfico

O Museu Etnográfico é um dos principais Museus da cidade de Bissau. Foi inaugurado em 1988 e funcionou até à guerra civil de 1998.²² Durante o conflito, o museu sofreu imensos danos, para além de perdas de coleções etnográficas importantes e arquivos. Entre 2001 e 2009 o Museu reabriu, mas noutras instalações, uma vez que o edifício original estava muito degradado e não tinha condições para ser utilizado. Em 2017 o edifício foi reabilitado, e o museu voltou para às suas instalações iniciais.

²⁰ Fonte: <https://www.dn.pt/lusa/interior/camara-de-bissau-vai-reconstruir-historico-mercado-central-de-bissau-8692769.html>

²¹ Fonte: <http://ditaduradoconsenso.blogspot.com/2015/05/praca-dos-herois-nacionais-bissau-27-de.html>

²² Fonte: <http://www.apantropologia.org/apa/o-museu-etnografico-nacional-de-bissau-30-anos-de-historia/>



Figura 27 – Palácio da República (Bissau), antes da intervenção de reabilitação



Figura 28 – Palácio da República (Bissau), após intervenção de reabilitação

Mercado Central de Bissau

Situado no centro da cidade de Bissau, o Mercado foi construído na época colonial, tendo sido destruído, pela primeira vez, durante a guerra civil de 1998, e reabilitado em 1999.²³ Passados alguns anos, em 2005 o mercado voltou a ser destruído por um incêndio. As novas obras de reabilitação iniciaram-se em 2012, tendo sido interrompidas devido a outro conflito político no mesmo ano.

Só em 2018 foram retomadas as obras, estando ainda em curso.

Envolvimento e responsabilização da população

Nos últimos anos têm-se assistido ao lançamento de vários programas de sensibilização e envolvimento da população na manutenção e na conservação do espaço público. Uma dessa iniciativa, denominada “Cidade Limpa” que pretende envolver e responsabilizar o cidadão para a importância de manter os espaços públicos limpos e conservados.

Para além desta iniciativa, existem grupos de pessoas que por iniciativa própria tem desenvolvido algumas iniciativas que contribuem para manter a limpeza da cidade, criando brigadas que limpam ou reabilitam espaços públicos.

Nos últimos meses, para incentivar mais a população a colaborar, a Câmara Municipal de Bissau tem organizado concursos entre bairros, em que os bairros mais limpos, recebem prémios.

Esta ação é de extrema importância, pois tem fomentado a cidadania, e é a própria população que mais tem contribuído para a “Cidade Limpa”.

²³ Fonte: <https://www.dn.pt/lusa/interior/camara-de-bissau-vai-reconstruir-historico-mercado-central-de-bissau-8692769.html>



Figura 29 – Praça dos Heróis Nacionais (Bissau), após intervenção de reabilitação



Figura 30 – Museu Etnográfico (Bissau), antes de intervenção de reabilitação



Figura 31 – Museu Etnográfico (Bissau), após intervenção de reabilitação



Figura 32– Mercado Central (Bissau), antes da intervenção de reabilitação



Figura 33 – Mercado Central (Bissau), projeto (fachada) e obras a decorrer



Figura 34- População limpando a cidade

HOMENS NOVOS
BAIRRO MILITAR

LIMPEZA

25/05 SABADO
07H00 Manhã

CURVA DE SOMEÇ À ÚLTIMA
CURVA DE TOÇA TOÇA

327

Meu Bairro é +limpo que o TEU

O teu bairro pode ganhar prémios!
Bairro limpo, prémio bonito

1º PRÉMIO 500.000.OOXOF
2º PRÉMIO 300.000.OOXOF
3º PRÉMIO 200.000.OOXOF

(INSCRIÇÃO GRATUITA NA CÂMARA MUNICIPAL DE BISSAU PARA AS ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO)
INSCRIÇÕES ATÉ DIA 30 DE MAIO
INSCREVE-TE JÁ

CAMPANHA DE LIMPEZA
HOSPITAL SIMÃO MENDES
HOSPITAL MILITAR

Entidades organizadoras: FAP, Parcel ODS – “Homens Novos”, RENAJ e ONG Saúde Sabe Tene

Entidades parceiras: Divisão de Protecção Civil, Saneamento e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Bissau, Hospital Nacional Simão Mendes e Hospital Militar

Data: 08 de Junho de 2019

Horário: das 08:30 às 15:30

Formato:
Limpeza da parte exterior dos hospitais

Bissau
8 de Junho

7H30: Chegada dos agentes de limpeza

8h00: Matadicho e distribuição dos materiais de limpeza

8h30: Início dos trabalhos

12h00: Lanche

12h30: Volta ao trabalho

15h30: Fim da campanha de limpeza, Almoço

PARA PARTICIPAR CONTACTA
+24894294525
+248944742522
FUNDAÇÃO ANA PEREIRA

Figura 35- Cartazes da Iniciativa de Limpeza

4. Uma estratégia para a área central de Bissau

4.1. Área central de Bissau. Análise e Diagnóstico

A área central de Bissau é uma zona essencialmente de serviços, com a maior parte de equipamentos públicos, ministérios, bancos, etc. Em termos de habitação possui uma área reduzida, onde reside cerca de 20% da população da cidade (Relatório CMB 2013). Os edifícios foram maioritariamente construídos pela administração colonial hoje encontram-se em considerável estado de degradação.

No centro da cidade encontra-se o maior Porto do país, no rio Geba. Tem dois molhes e um cais, e possui um canal com profundidade doze metros, sendo oito para no cais de carga. O Porto localiza-se muito próximo da zona mais antiga da cidade, a Fortaleza de São José de Amura, e do mais antigo bairro da cidade, o bairro de Bissau Velho. Aqui também se encontra a maior praça da cidade (Praça dos Heróis Nacionais), a principal zona de convívio e lazer, e algumas outras pequenas praças.

É no centro que se encontra o maior hospital da cidade, Hospital Simão Mendes, o Museu Etnográfico, o Museu Militar, o Centro Cultural Português, o Centro Cultural Francês, o Centro Cultural Brasileiro e a Universidade Lusófona de Bissau. É também no centro que se encontram os dois maiores estádios da cidade, o Estádio 24 de Setembro e o Estádio Lino Correio, onde se organizam torneios de Futebol, os jovens praticam exercícios físicos e onde também existem escolas de Artes Marciais.

Esta é uma zona que requer grande atenção, pois é a zona mais importante da cidade em termos administrativos e históricos. No entanto, esta é uma zona que pela sua centralidade hoje tem muito dinamismo e onde a maioria das transformações urbanas estão a acontecer. Neste sentido considere-se que esta é uma zona que precisa de ser repensada e planeada de forma a conter a deterioração do património existente e a garantir a qualidade de vida de quem ali habita. É fundamental reabilitar o Bairro de Bissau Velho de forma a melhorar as condições de habitabilidade dos que ali residem e ao mesmo tempo garantindo que se mantêm os valores sociais existentes e a sua identidade.

A reabilitação urbana é importante tanto na revitalização dos centros urbanos devolutos (permitindo manter o valor cultural dos edifícios antigos e preservando os seus traços originais), como também nas oportunidades que pode gerar para empresas de diversos setores económicos (construção civil, turismo e outras).



Figura 36- Centro Histórico

De modo conseguirmos uma visão global das potencialidades e desafios desta área urbana, sintetizámos as principais características no seguinte quadro SWOT.

Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidade	Ameaças
-Elevada taxa de população jovem; -Coabitación multicultural e multiétnica; - Capacidade de envolvimento e mobilização; -Boa relação intercultural.	-Elevada taxa de pobreza e analfabetismo; -Empregos precários; -Insegurança.	-Disponibilidade de mão de obra para alimentar o processo de crescimento económico; -Diversidade cultural.	-Elevada taxa de desemprego; -Segregação socio-espacial; -Construção ilegal.
-Existência de várias linhas de água; -Rede de distribuição de água; -Rede de distribuição de eletricidade; -Rede de transportes públicos.	-Falta de manutenção das redes de infraestruturas existentes; -Fracá rede de energia elétrica e água potável. -Ausência de uma rede de recolha de lixo eficaz.	- Possibilidade de aposta em infraestruturas ligadas a valorização e aproveitamento de energias de origem naturais e renováveis.	-Forte propagação de doenças.
	-Elevado estado de degradação dos equipamentos existentes; -Falta de equipamentos de cariz social (teatros, bibliotecas, cinemas, museus).		-Degradação da vida social, principalmente dos jovens; -Aumento da taxa de mortalidade, devido ao estado dos equipamentos de saúde.
- Várias ofertas de transportes.	-Falta de planeamento, desenho e conservação da rede viária; -Inexistência de pontos específicos de recolha e largada de passageiros. -Inexistência de praças de táxis na cidade.		-Trânsito caótico.

Quadro 5- Síntese da Análise e Diagnóstico da cidade de Bissau

4.2. Bissau. Que futuro?

Considerando que a cidade de Bissau precisa de uma intervenção estratégica que melhore as suas condições de vida e possa conduzir o seu desenvolvimento futuro proponho uma estratégia que parte da área central e mais antiga de Bissau, mas que se espera que possa vir a ser alargada ao resto da cidade.

Assim em última análise esta estratégia pretende não só contribuir para a melhoria desta área, mas também para o desenvolvimento da cidade e do país.

A estratégia proposta assenta no reconhecimento desta área e da sua importância para a identidade da cidade e do país. A cidade de Bissau pode potenciar o seu património natural, social e cultural para o desenvolvimento, no entanto, esta riqueza ainda é pouco aproveitada. Neste sentido desenvolveu-se uma estratégia que assenta em 4 eixos estratégicos, cada um com um conjunto de objetivos estratégicos e que se concretizam através de um conjunto de ações estruturantes.

Eixo 1- Valorização da cultura local e dos recursos endógenos.

Dentro deste eixo, são definidos 4 objetivos estratégicos:

- a) Aproveitamento de recursos naturais de forma sustentável;
- b) Valorização e promoção do Património cultural;
- c) Potencialização do Turismo;
- d) Melhoria de qualidade de vida da população.

Eixo 2- Reabilitação de Edifícios e de espaços públicos.

Dentro deste eixo, são definidos 3 objetivos estratégicos:

- a) Reabilitação e refuncionalização de edifícios para o turismo;
- b) Requalificação dos espaços públicos;
- c) Requalificação e construção de novas redes de drenagem, abastecimentos, e recolha de lixos.

Eixo 3- Melhoria de acessibilidade.

Dentro deste eixo, são definidos 4 objetivos estratégicos:

- a) Melhoria da rede viária da cidade;
- b) Criação de uma rede de Praças de táxis;
- c) Delimitação de pontos específicos de recolha e largada de passageiros;
- d) Criação de rede de transportes públicas adaptados para pessoas com mobilidade reduzida.

Eixo 4- Revisão/ Elaboração de Instrumentos de Planeamento e Gestão Urbanística.

Dentro deste eixo, são definidos 3 objetivos estratégicos:

- a) Elaboração de novos Planos de Urbanização;
- b) Revisão dos Planos de Urbanização existentes;
- c) Sensibilização da população para a transformação planeada e para a necessidade de cumprir os regulamentos urbanísticos.



Figura 37- Área selecionada

4.3. Eixo 1- Valorização da cultura local e dos recursos endógenos

“O desenvolvimento e crescimento das comunidades humanas sempre se pautou pelo uso dos recursos dos territórios onde as mesmas se inseriam. A utilização dos vários bens que esses espaços proporcionavam levaram a que as comunidades se fixassem aproveitando estes recursos para a sua sobrevivência. Neste processo de uso do território, foram sendo criados hábitos, costumes característicos, indissociáveis da envolvente e que só assim faziam sentido devido a essa mesma condição, apesar de mais tarde se proceder a uma exploração mais intensa desses recursos pelas comunidades humanas. É neste sentido de apropriação humana dos recursos que os mesmos passam a ter um valor para além do objeto em si. Do simplesmente inerte, passam a deter uma valorização diversa – económica, cultural – que lhes confere significados diferentes.” (Natário, M. et al., 2010).

Um estudo desenvolvido pelo Banco Mundial concluiu que 30% da riqueza da Guiné-Bissau provem diretamente dos recursos naturais, quando na Europa, os recursos naturais apenas geram apenas 2% da riqueza, constituindo-se um caso raro no mundo (World Bank 2018).

Giovani Ruta, economista ambiental do Banco Mundial que participou na elaboração do estudo, indicou que as consultas incidiram sobre os setores de agricultura, pescas, turismo e mineração, todos diretamente ligados aos recursos naturais, enquanto capital natural.

Destaca que a agricultura depende dos solos e das florestas, a pesca depende dos mangais e dos recursos marinhos costeiros, a mineração depende dos recursos no subsolo e o turismo vive da biodiversidade e da beleza natural do país. Tudo somado, representa 30% da riqueza guineense.

A representante do Banco Mundial na Guiné-Bissau, Kristina Svesson, enalteceu o facto de o país “possuir um capital natural, um dos mais altos de África” para destacar ser uma oportunidade que “é preciso tratar para gerar recursos de forma sustentável” para que possam servir até para as gerações vindouras (Jornal Observador 2018).

Facto é que muita da riqueza económica do país vem do aproveitamento dos recursos naturais, mas o país possui muito mais do que aquilo que é explorado, e sendo os recursos endógenos considerados um grande potencial económico do território, a sua valorização promove o desenvolvimento local.

Muita dessa exploração também não é feita de forma sustentável, então o Governo e a população têm que adotar, cada vez mais, práticas para essa exploração sustentável e pensarem em como podem contribuir mais para o aproveitamento desses recursos e a sua promoção, e neste ponto o modelo desenvolvido para a Gestão de Recursos do Património Cultural (COBACHREM), é um bom exemplo a seguir pela Guiné-Bissau, este modelo que defende que, para o desenvolvimento de uma comunidade ser sustentável tem de assentar na comunidade e no seu património cultural, através de uma estrutura de conservação, que aplica práticas de desenvolvimento sustentável à conservação do meio ambiente, utilização dos recursos culturais e patrimoniais para redução da pobreza.

Outra riqueza da Guiné-Bissau é a sua cultura, embora esta ainda não seja devidamente divulgada e promovida.

A Guiné-Bissau é um país bastante rico. Esta riqueza, tanto natural, como cultural, poderia ser mais aproveitada, mostrando ao mundo essa diversidade que existe.

Neste sentido, é proposto como ação estruturante para a promoção do património cultural, a organização de festivais de “*Mostra Cultural*”. Festivais organizados pelo Ministério do Turismo e do Artesanato, a realizar em locais como os Centros Culturais, onde a população pode interagir e ficar a conhecer melhor o Centro Cultural onde é realizado. Este festival deveria ser realizado pelo menos duas vezes por ano, em épocas diferentes do ano, e publicitados para promover o turismo e a divulgação do artesanato e da gastronomia. O festival seria uma mostra de tudo aquilo que é a diversidade cultural do país, poderia ter desde mostra de gastronomia, a mostra do artesanato do país, até a mostra da dança e música, convidando a participar, grupos de dança, músicos, artesãos e vários restaurantes típicos da cidade. Contribuiria assim para a economia do país e para a melhoria de vida da população, gerando mais empregos, sem contar que seria mais uma ocasião de encontro e de convívio das várias etnias.

Ultimamente, têm sido organizados pequenos eventos desse tipo, mas onde essencialmente são demonstradas a diversidade cultural, através da dança.



Figura 38- Cartaz de festivais culturais

Outra ação estruturante seria a criação de uma **Feira de Artesanato**. Embora existam bancas de venda do artesanato nos mercados por todo o país, o artesanato poderia ganhar mais importância, se fosse criada uma feira específica de artesanato em Bissau, com uma agenda fixa anualmente e à qual se associavam mostras de dança e música que permitisse a todos quantos visitam a cidade ficarem a conhecer um pouco mais sobre o País e a sua riqueza cultural. A sua publicidade deveria ser feita internacionalmente, em revistas e sites de divulgação turística. Assim, capacitaria e seria mais fácil para quem procurasse produtos típicos do país, teria um sítio específico com várias opções, o que de alguma forma facilitaria e ajudaria na economia do país, gerando mais empregos e impulsionando o turismo.

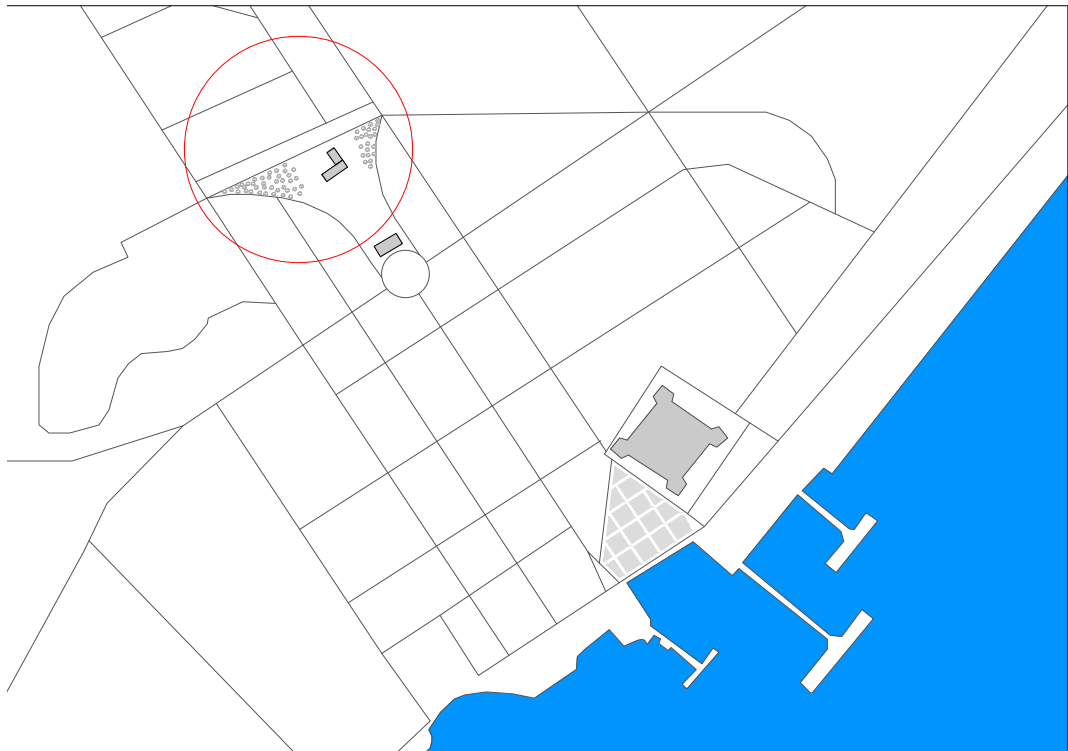


Figura 39- Proposta de local para a implantação da Feira de Artesanato

4.4. Eixo 2- Reabilitação de Edifícios e de espaços públicos

A reabilitação urbana é a terceira via entre a renovação e a expansão, uma vez que comporta custos inferiores aos que comportaria a construção de raiz e a expansão da cidade periférica, impede e inverte o processo de obsolescência física e funcional do património edificado, e constitui uma ferramenta que facilita a valorização das áreas urbanas. Esta via dá resposta a problemas de deterioração dos tecidos urbanos, fazendo a ponte entre o passado e o futuro, facilita a revitalização da área, concorre para a manutenção de elementos do estilo de vida local (elevada densidade populacional e utilização mista do solo), melhora o ambiente urbano e cria uma imagem positiva atraente para investidores, residentes e visitantes, facultando assim, a rentabilização económica do espaço e edifícios na Guiné-Bissau.

Como tal, a reabilitação **considerando o uso alternativo daqueles imóveis atualmente degradados** (alguns, pela sua morfologia, perfeitamente adequados à sua transformação em hotéis de luxo, hotéis de gama média, polos recreativos, clubes e espaços de lazer) representa uma estratégia alternativa à destruição e renovação do edificado, alguns com valor histórico e arquitetónico da Guiné-Bissau, o que acarretaria, necessariamente, maiores investimentos e tempos de execução.

Compete ao Estado (administração central e autarquias locais) sensibilizar a sociedade para os benefícios da reabilitação, fazer acontecer uma vontade política que promova a coordenação dos organismos públicos no levantamento cadastral e no estudo territorial, de modo a proteger, revitalizar, valorizar e divulgar o património histórico-cultural, criando programas e planos adequados à salvaguarda do património urbano.

Urge investir no domínio da reabilitação urbana, no sentido de proporcionar um ambiente mais condigno e harmonioso, que funcione como estímulo da cultura, do convívio e da interação social das comunidades, sendo certo que, para além do desenvolvimento social e do aumento do bem-estar da população, este é um aspeto que também reforça a atratividade sob o ponto de vista do desenvolvimento económico e, futuramente, da promoção turística do país.

Este eixo propõe como ações estratégicas um conjunto de intervenções de reabilitação, em edifícios marcantes como o Grand Hotel, a Marginal, o Cine UDIB, o Hospital Militar, a Fortaleza de São José de Amura, um conjunto de edifícios habitacionais e a requalificação de espaços públicos.

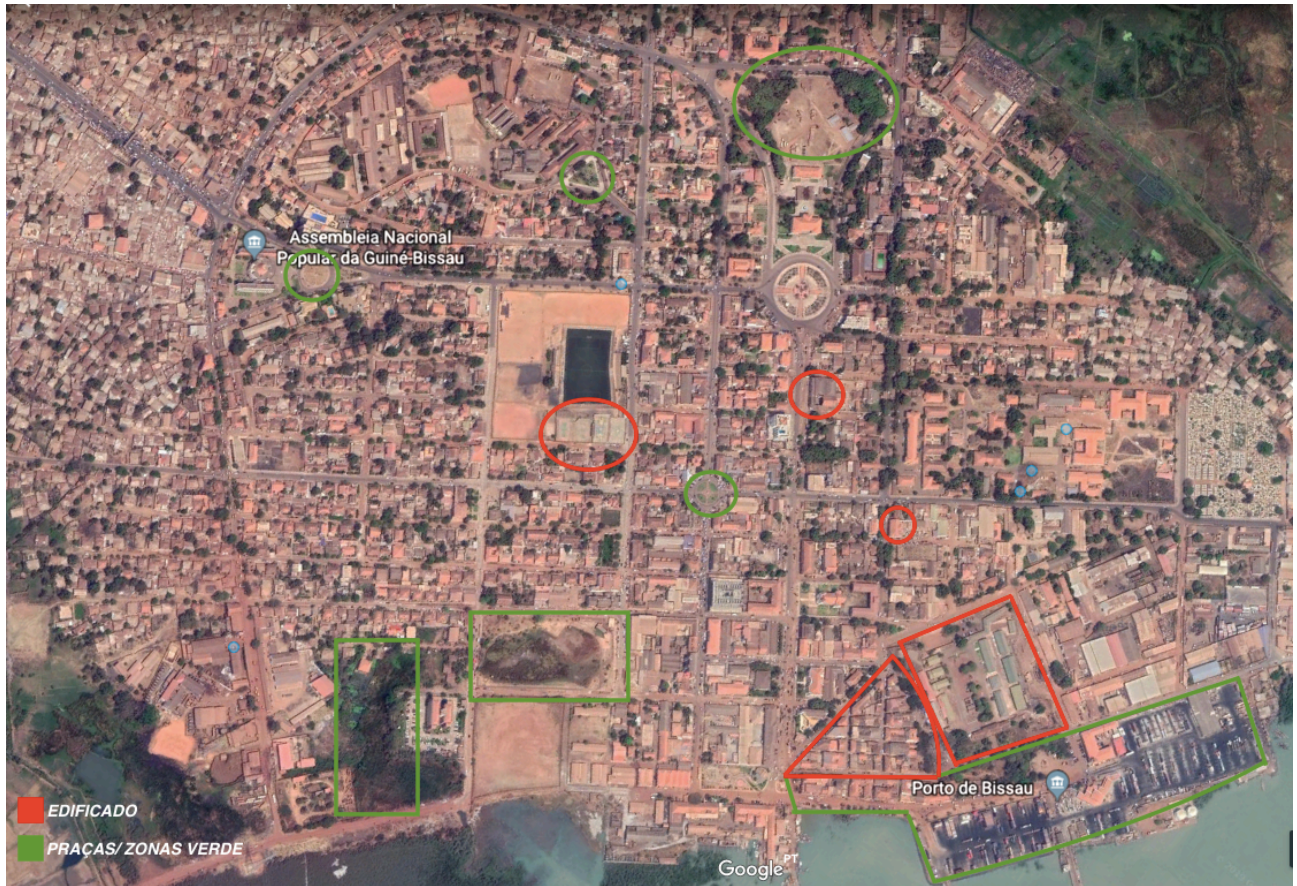


Figura 40- Edifícios e espaços públicos a Reabilitar/Requalificar

1- Grand Hotel

O Grande Hotel, situado no centro da cidade de Bissau, foi um conceituado hotel nos anos 90. Foi abandonado após a guerra civil, encontrando-se neste momento em avançado estado de degradação.

Devido à sua excelente localização central, poderia ser facilmente reabilitado, pois tal traria vantagens às empresas hoteleiras e seria mais um hotel no centro da cidade.

No processo de desenvolvimento, o turismo surge como uma componente determinante, pois promove a atração de visitantes, potenciais consumidores de recursos do território.

No que se refere ao aumento da oferta turística, a Guiné-Bissau tem vindo a dar os primeiros passos criando uma oferta turística ligada ao turismo no meio natural, devido à excepcional biodiversidade do país, sendo esse um trunfo que posiciona o país como importante destino do ecoturismo e turismo balneário. A Guiné-Bissau deve avançar para uma ótica mais alargada no que refere às ofertas turísticas.

Para isso, é proposto para o aproveitamento dos recursos arquitetónicos que a cidade dispõe, a reabilitação e a readaptação do edificado degradado e abandonado, para implementação de estruturas hoteleiras de grandes dimensões e bem localizadas.

Estas estruturas hoteleiras, não só seriam pontos centrais na cidade, mas também seriam um grande impulsionador da economia do país, e geraria certamente mais emprego, principalmente para a população jovem do país.

2- Marginal da Cidade de Bissau

A marginal da cidade de Bissau tem mantido um mau aspeto ao longo dos anos: ruas e passeios degradados, lixo acumulado, edifícios cada vez mais degradados, deixados ao abandono e à mercê de vandalismo. É urgente a requalificação desta artéria da cidade.

Esta requalificação passa pela criação de um grande jardim arborizado, produzindo áreas de sombra e descanso, criando um espaço calmo para se respirar ar puro dentro da cidade. A proposta para a zona ribeirinha ser completa, é também necessária a criação de uma zona de restauração e cafés com esplanada ao redor do jardim, lugar onde as pessoas podem conviver, instalações sanitárias públicas de forma a responder minimamente às necessidades dos cidadãos, pavimentação, iluminação e mobiliário de qualidade, um posto de turismo e até uma casa de manutenção, local onde são guardadas as ferramentas, materiais que são usadas diariamente para a manutenção.



Figura 41 – Grand Hotel Bissau



Figura 42- Exemplo de novas Estruturas Hoteleiras recentemente edificadas no Centro

Para manter a imagem limpa da zona, também é necessário criar uma zona de doca para atracar os barcos e criar um sistema de limpeza do rio.

Esta zona com uma vista sobre o rio poderia assim tornar-se numa das zonas mais atrativas da cidade favorecendo quem aqui reside e atraindo mais população e investimentos.

3- UBID Bissau

O cine UDIB (União Desportiva Internacional de Bissau), situado na Avenida da República, era um clube frequentado pela elite de Bissau, com salas de cinema, salões de baile e salas de jogos. Destruído na guerra civil de 1998, este edifício tem permanecido abandonado. Sendo um edifício de grande dimensão, situado numa avenida muito movimentada de Bissau. Propõem-se que seja reabilitado pelo Estado, para albergar os mesmos programas, visto que em Bissau não existe uma única sala de Cinema. A reabilitação deste cinema permitiria dinamizar mais a área envolvente sendo expectável o aumento dos estabelecimentos associados à restauração e bebidas na envolvente mais próxima. Este equipamento, pelo número que publico que pode atrair, deve ainda estar articulado com a rede de transportes públicos urbanos.

4- Hospital Militar

O antigo hospital Militar da cidade de Bissau, encontra-se hoje em ruína. É mais um dos edifícios que foi abandonado depois da guerra civil de 1998.

A proposta para este edifício passa pela reabilitação para voltar a ser utilizado como hospital, uma vez que a cidade carece de mais instalações hospitalares. E este por ter uma localização central, torna-se mais acessível pois a zona é servida por vários transportes públicos.



Figura 43 – Aspeto atual da marginal

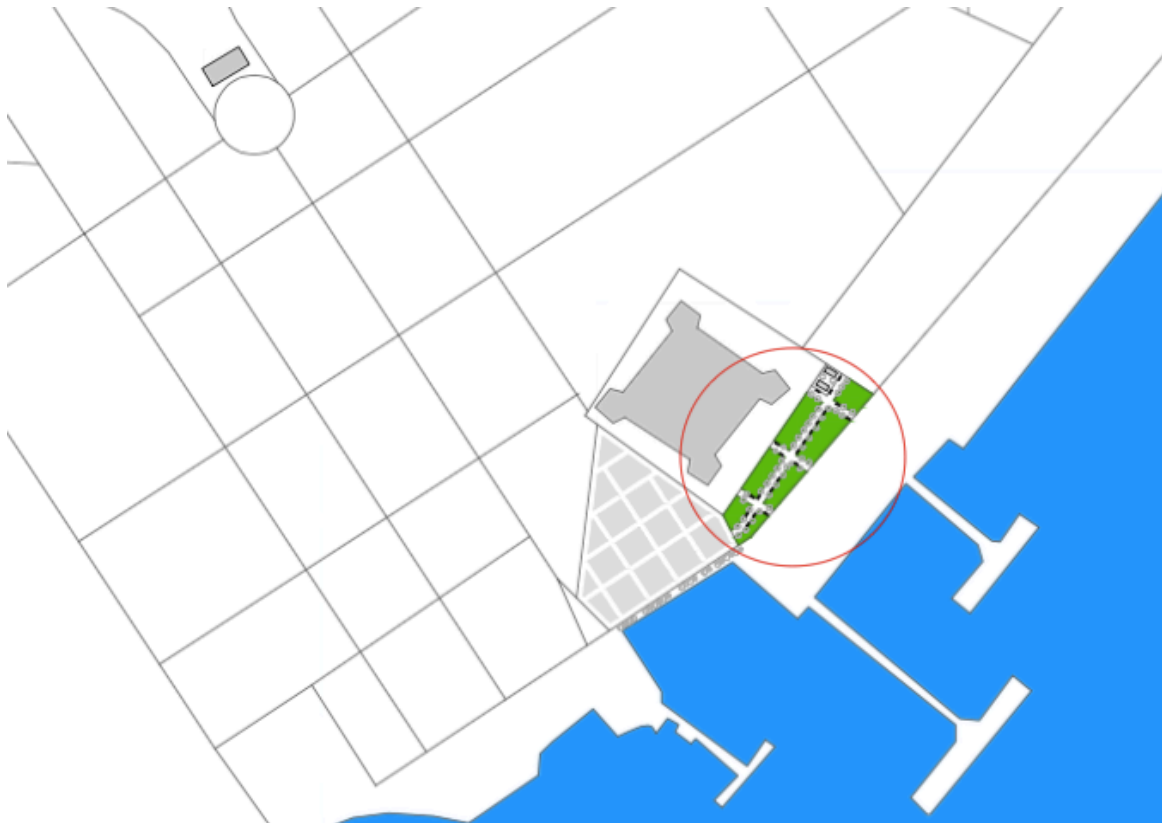


Figura 44 – Proposta para o jardim

5- Fortaleza São José de Amura

A Fortaleza de São José de Amura, situada perto do porto de Bissau, foi construída em 1766 pelos colonizadores Portugueses.

Desde 1974, após a independência, a Fortaleza passou a ser ocupada pelas Forças Armadas Guineenses. Dentro da Fortaleza encontra-se o Mausoléu de Amílcar Cabral e túmulos de alguns ex-combatentes da luta pela independência. Atualmente encontra-se em avançado estado de degradação, e não é aberto ao público.

A reabilitação deste monumento e a sua transformação num Museu da História da Guiné, no centro de Bissau, seria uma mais-valia para a própria cidade e para o país, preservando-se um importante monumento histórico e possibilitando às gerações futuras o conhecimento da sua história, e sendo este de fácil acesso por ser servido por vários transportes públicos e situado numa zona onde se encontram mais hotéis na cidade, seria uma ponto turístico bastante atrativo.

Este Museu deveria ter salas de exposições permanentes e temporárias, sendo as permanentes salas que teriam peças, pinturas, que pudessem contar histórias antigas do país, as salas de exposição temporárias poderiam albergar qualquer tipo de exposição artística que decorresse temporariamente na cidade.

Este Museu poderia integrar também os Arquivos Históricos Nacionais da República da Guiné-Bissau, visto que não há Arquivo Histórico na cidade. Atualmente, e desde 1989, estes Arquivos encontram-se no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP).

Fazer um Arquivo Histórico, dentro do Museu da História da Guiné, é uma proposta que faz todo sentido, seria um Arquivo autónomo, com suas próprias lógicas de arrumação documental, um arquivo fixo e com toda a documentação produzida durante o período histórico colonial.



Figura 45 – UDIB



Figura 46 – Aspeto atual do antigo Hospital Militar de Bissau



Figura 47 – Aspeto atual da Fortaleza

6- Alguns edifícios habitacionais no bairro de Bissau Velho

O bairro de Bissau velho situa-se no centro da cidade de Bissau. É um bairro residencial construído na época colonial. Apesar de a maioria dos edifícios ser habitação, há alguns serviços públicos. A maior parte destes edifícios foram danificados durante a guerra civil de 1998. Entretanto, alguns foram reabilitados para instalações de serviços. Outros em piores condições foram abandonados e os que ficaram pouco danificados ainda hoje são habitados.

É urgente a reabilitação deste bairro, para melhorar as condições de habitabilidade de quem ali mora e por ser um bairro antigo, com representativo da história do país.

Propõe-se que esta reabilitação seja feita através de uma parceria entre o Estado e a população residente do bairro, em que as obras ficariam ao encargo da população, mas com apoio técnico da Câmara Municipal de Bissau, para além de serem criados alguns incentivos e benefícios financeiros ou fiscais para estas obras de reabilitação.

Para operacionalizar esta medida, a Câmara Municipal de Bissau pode criar um gabinete responsável por estas obras de reabilitação habitacionais, não só para este bairro, mas para toda a cidade da cidade de Bissau, e para toda a população que quisesse reabilitar a sua própria casa.

7- Requalificação de espaços públicos

Existe um conjunto de praças na cidade de Bissau que têm sido deixadas ao abandono: é notória a falta da vegetação e a ausência de mobiliário urbano. Por outro lado, a falta de áreas verdes na cidade foi um dos problemas detetados.

Atualmente a densificação da cidade e o aumento de construção de áreas habitacionais em anteriores zonas verdes é um problema preocupante na cidade. Torna-se fundamental a requalificação dos espaços ainda existentes e a criação de novas áreas verdes e de lazer, fundamentais para melhorar a qualidade do ambiente e de vida da população.

Os espaços verdes urbanos revelam-se cada vez mais importantes na melhoria da qualidade de vida, promovendo estilos de vida saudáveis, fornecendo espaços de prática desportiva e locais de recreio e interação social.



Figura 48 – Imagens do Bairro de Bissau Velho



Figura 49 – Praças de Bissau

No que se refere às infraestruturas é fundamental a intervenção da Câmara Municipal de Bissau. Pode ser criado dentro da Câmara Municipal, uma divisão com exclusiva responsabilidade sobre o planeamento, a gestão e construção das infraestruturas. um Gabinete responsável pelas infraestruturas, o trabalho desta divisão seria em primeira instância, arranjar investimentos, e investir tanto nas redes de abastecimento de água e eletricidade, como na rede de drenagem dos resíduos na zona centro da cidade.

Esta nova divisão deve ser responsável por:

- Montar um sistema de esgotos eficaz, que terá que ter obras de manutenção regularmente;

- Fazer manutenção da rede de abastecimento de água e implantar novos reservatórios de água.

- Melhorar a distribuição da rede elétrica, investindo em painéis solares, que comportam menos custos;

- Melhorar a rede de drenagem de águas pluviais, fazendo valetas fechadas, de modo a que não seja possível a acumulação de lixo, para que haja um melhor escoamento de água;

- Definir medidas preventivas ou corretivas a serem implementadas antes do início da época chuvosa: pequenas obras públicas, serviços de limpeza e conserto das redes de drenagem, remoção de lixo, fiscalização;

- Investir em novos veículos de recolha de lixo, fazendo a recolha pelo menos uma vez por dia.

Melhorando todos estes pontos, o problema da rede de infraestruturas ficará quase toda resolvida, na zona central, claro que um ponto fundamental aqui é a melhoria de qualidade de vida da população, por isso a própria população, para um consumo sustentado e para a manutenção e conservação dos espaços.

4.5. Eixo 3- Melhoria de acessibilidade.

O sistema de rede viária da cidade de Bissau, desenvolve-se sobretudo em volta de um eixo de acesso à cidade, a principal via de entrada e saída, que liga as duas principais infraestruturas da cidade, o Aeroporto Internacional e o Porto de Bissau, a Av. Combatentes da Liberdade da Pátria. Por ser uma Avenida bastante movimentada, o trânsito torna-se muito caótico.

Mas, na cidade, apenas uma pequena percentagem de rede viária é qualificada. A maior parte das vias é em terra batida, sem pavimento, situação que se agrava nas épocas de chuva. Não existem vias de circulação dedicada para transportes públicos, nem pontos específicos de recolha e largada de passageiros, o que dificulta ainda mais a circulação.

Dentro deste eixo propõe-se um conjunto de medidas que passam primeiramente por um investimento por parte da Câmara Municipal em estradas qualificadas na zona centro.

Propõe-se ainda criar praças de táxis e pontos de recolha e largada de passageiros nas principais vias da cidade, afim de melhorar a circulação.

Quanto ao melhoramento de transportes públicos, a proposta passa por criar uma rede de transportes públicos adaptados para transportar pessoas com mobilidade reduzida, esta será uma proposta para o Ministério dos Transportes e Comunicações.

4.6. Eixo 4- Revisão/ Elaboração de Instrumentos de Planeamento e Gestão Urbanística

A Guiné-Bissau tem uma enorme escassez de documentos de planeamento territorial a todas as escalas, (PGU, PDM, PP, entre outros), e os que existem, muitos não se encontram atualizados.

Essa falta de atualização de planos urbanísticos, e elaboração de novos planos, tem dificultado o desenvolvimento da cidade.

A cidade de Bissau necessita urgentemente de prosseguir uma política de ordenamento e planeamento territorial, sobre tudo na ótica da gestão urbanística, é necessário repensar a malha urbanística como se se tratasse de a pensar de raiz, na medida em que é imperativo promover uma melhor distribuição de infraestruturas e equipamentos à população.

Assim, pode-se dizer que é fundamental, para a resolução dos problemas urbanísticos da cidade de Bissau, a elaboração de novos instrumentos de gestão territorial, por exemplo: fazer planos de pormenor para os bairros periféricos, no sentido de criar uma morfologia mais harmoniosa, e criação de mecanismos de fiscalização mais eficazes, acima de tudo infraestruturas e com equipamentos de proximidade, como escolas e centros de saúde.

A elaboração destes planos urbanísticos, vem trazer consigo mais desenvolvimento da cidade e uma melhoria de qualidade de vida da população em geral.

Contudo, há que ter em conta que neste processo a participação da população é fundamental. Como exemplificado no caso de Zanzibar, que incluiu a população no plano “Ng'ambo Tuitakaye”. A população Guineense, não está consciencializada que ela própria pode contribuir (muito) para o desenvolvimento do país. Mas a culpa por esta falta de consciência, vem também do Estado que não transmite essa ideia, e não implanta desde muito cedo, no ambiente escolar, a importância que a população tem no desenvolvimento do país.

É preciso desenvolver consciência nacional, da participação de todos, e envolver a comunidade na execução de pequenas obras preventivas/corretivas, para além de ser preciso orientar as comunidades a adotar comportamentos adequados. O Estado deveria adotar medidas como elaboração de palestras de sensibilização nas escolas e nas Universidades.

Deveria ainda eleger em cada comunidade líderes locais, responsáveis por promover a consciencialização da população da população e distribuir material de divulgação e informação. Cabe ainda ao Estado e aos municípios as auscultações e a mobilização da população para a participação na elaboração dos instrumentos de ordenamento territorial de modo que estes possam responder às suas necessidades reais.

Todo este processo de envolvimento da comunidade guineense, e das partes interessadas, é o primeiro passo a dar, de forma a que a população, reconheça, respeite os seus valores culturais e ambientais, e às autoridades locais, a entenderem e respeitarem os valores sociais e culturais.

Esta estratégia de processo inclusivo, dá oportunidade aos habitantes locais a participar no desenvolvimento futuro da cidade, promovendo assim o seu bem-estar, e às autoridades locais a melhorarem o desenvolvimento social inclusivo, a promoverem a sustentabilidade ambiental, dando assim um passo para o desenvolvimento sustentável de Guiné-Bissau.

Problemas	Ações Propostas	Propostas de intervenção	Impacto
- O país é muito rico em recursos, mas estes não têm sido aproveitados pelo país.	Valorização da cultura e dos recursos endógenos	-Mais exploração dos recursos, e de uma forma sustentável; -Realização de feiras para “Mostra Cultural”.	-Melhoria na economia local e do país. -Promoção do Turismo
-Avançado estado de degradação do edificado e das praças; - Fraca rede de infraestruturas.	Reabilitação/Requalificação	-Reabilitação de um conjunto de edifícios para inserção de novos programas; -Melhoramento e alargamento das redes para toda a cidade.	-Melhores condições de habitabilidade; -Menos custos para o estado; -Mais serviços no centro da cidade; -Redes infraestruturais qualificada.
-Escassez de planeamento territorial e cartografias; -Falta de revisão de planos. - Falta de interesse da população em preservar seu património.	Revisão/Elaboração de Planos Urbanísticos	-Revisão dos planos existentes; -Elaboração de novos planos; - Consciencialização da população, a participar no desenvolvimento da cidade.	-Resolução de problemas urbanísticos. - Envolvimento das comunidades locais no desenvolvimento futuro da cidade.

Quadro 6- Quadro Síntese das propostas de intervenção

Considerações Finais

Tal como noutros países em vias de desenvolvimento, também Guiné-Bissau está a enfrentar um rápido processo de urbanização.

Em 2009 foi feito o recenseamento da população e habitação e dados indicam que a população em Bissau é de 387.909 habitantes, o que significa que a população de Bissau duplicou desde o censo de 1991, 195.889 habitantes (Relatório CMB 2013).

Em termos de salubridade urbana, a forte expansão urbana que se fez sentir nas últimas décadas, trouxe diversos problemas, nomeadamente a falta de infraestruturas urbanas de água e saneamento para o número de população atual. Por outro lado, o aumento do uso de transporte privado na deslocação das pessoas, que se verifica no centro urbano, aumentou o condicionamento rodoviário.

Bissau é uma cidade com elevado potencial, todavia em estado de forte degradação a todos os níveis (edificado, espaços verdes, vias rodoviárias, redes de infraestruturas básicas). Faltam iniciativas para a transformar numa cidade condigna e modernizada, capaz de satisfazer as necessidades da sua população, e carece ainda de iniciativas que incentivem o turismo.

A apresentação desta proposta, vem propor um conjunto de eixos estratégicos que podem contribuir para o desenvolvimento da cidade a partir da valorização e promoção do património e dos recursos naturais, da reabilitação de um conjunto de edifícios, do desenvolvimento do turismo, da criação de redes de transportes públicos e redes de infraestruturas e ainda através de um planeamento e gestão urbanística atualizado e mais eficaz. Pretendeu-se por isso, com esta proposta estratégica, vincar questões relacionadas com a identidade local e utilizá-las para benefício geral da comunidade de Bissau.

Para além das ações apontadas podem ser propostas muitas outras ações, no entanto considerámos que as pontadas correspondem aquelas de mais fácil execução e que podem ter efeito mais rápido e eficazmente. No entanto deseja-se que estes eixos possam motivar muitas outras ações. Especialmente ações que possam envolver a população quer na promoção do seu património quer na auscultação do que são as suas necessidades e anseios. Consideramos, contudo, que uma das principais vantagens da nossa proposta é a chamada de atenção para as Entidades competentes, para a falta de instrumentos de planeamento capazes de fazer o planeamento eficaz da cidade. Por outro lado, propõe a reabilitação urbana para que as ações propostas não se limitem à imagem dos edifícios e dos espaços públicos, mas que

incluam uma visão integrada que considera para lá do âmbito dos edifícios, o âmbito social, económico entre outros.

Esta proposta também vem alertar a população para a necessidade de preservação e valorização dos recursos que o país dispõe, a sua maior riqueza, e que este pode ser ainda mais explorado, de uma forma mais sustentável, para que o país usufrua mais da sua riqueza natural. E também consciencializá-los a envolverem-se mais no planeamento da cidade, pois quanto mais próximo da população são construídas as medidas de intervenção, maior é a sua probabilidade de sucesso.

Na primeira parte desta dissertação foram abordadas questões da cidade, do planeamento, do desenvolvimento, do património e da sustentabilidade, o que contribuiu para aprofundar aprendizagens, abrir horizontes e adquirir uma maior sensibilidade no que respeita à arquitetura e como esta é tão importante para a vida do ser humano. Este capítulo também vem salientar a articulação da gestão do património cultural e a sustentabilidade, vincando a importância de se ter um processo inclusivo com a população, para um melhor desenvolvimento das comunidades.

A segunda parte foca-se na caracterização do objeto de estudo. Neste capítulo compreendeu-se que a Guiné-Bissau é um país muito rico, não só no seu território, mas também o naquilo que são como Seres Humanos, com particularidades únicas. De seguida foi feito um diagnóstico atual da cidade de Bissau, afim de conhecer quais os pontos fortes e fracos, para melhor se conseguir traçar uma proposta estratégica.

Para a elaboração da proposta, centrámo-nos na zona centro da cidade. Esta escolha justifica-se por esta zona central e mais infraestruturada, com mais serviços e com bastante edificado em mau estado de conservação, mas, com um grande potencial. Assim será aquela onde mais facilmente se obtém resultados que possam ter um efeito multiplicador no resto da cidade.

A proposta delineada assenta em quatro eixos estratégicos que proporcionam uma melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento geral do país.

Embora esta proposta seja apenas para uma parte da cidade, ela pretende ser alargada ao resto da cidade. No entanto esta área central está neste momento a ser alvo de novas intervenções, na maioria dos casos com pouca qualidade e sem relação com o contexto onde se inserem. Assim o objetivo é aproveitar este dinamismo de transformação e definir um conjunto de edifícios que proponho reabilitar, são de momento os mais urgentes intervir, mas não quer dizer que não existam muitos outros edifícios com potencialidades para serem reabilitados.

A ideia aqui, é alertar as Entidades competentes da necessidade de reabilitar a cidade, começando por este conjunto de edifícios que considero serem os mais importantes, muito devido à zona onde se inserem.

Mas fundamentalmente, espero que estas ações de reabilitação venham a alargar-se por toda a cidade, tornando Bissau numa cidade mais bonita, mais limpa e cada vez mais cuidada.

As limitações para a realização deste trabalho foram muitas, deparamo-nos com imensos problemas ao longo da sua elaboração, sendo a falta de documentação e resposta por parte de algumas entidades o maior dos problemas.

Este trabalho espera contribuir para a identificação dos principais problemas da cidade de Bissau e as soluções propostas são um esboço preliminar do que podem ser algumas soluções de pequena dimensão, mas que consideramos que se fossem implementadas poderiam vir a fomentar a mudança. Por outro lado, consideramos que os eixos apontados, a serem adotados pelas entidades competentes, poderiam estruturar o desenvolvimento do futuro da cidade de Bissau. O meu contributo para o meu país.

Embora tenha a consciência de que esta estratégia e os eixos apontados careciam do contributo de outras áreas disciplinares, bem como da negociação com os vários agentes envolvidos na transformação da cidade e da população, considero que este trabalho pode vir a servir de base para uma estratégia de transformação da cidade de Bissau e constitui o meu contributo para o meu país. Por outro lado, este estudo permitiu-me verificar as potencialidades da Guiné-Bissau e espero poder vir a contribuir muito para o seu desenvolvimento.

Espero que no futuro surja a possibilidade de continuar a estudar, analisar com maior rigor a cidade de Bissau, a sua arquitetura, o seu urbanismo, as suas potencialidades e problemáticas. Há um desejo de se conseguir uma oportunidade para poder aprofundar e melhorar o projeto/proposta aqui desenvolvido.



<https://olhares.sapo.pt/bissau-vista-do-ceu-foto8245885.html>

Referências Bibliográficas

- ACIOLY, C. C. (1993) – *Planejamento Urbano, Habitação e autoconstrução: Experiências com urbanização de bairros na Guiné-Bissau*. Delft: Universidade de Tecnologia de Delft.
- ANDRADE, D. (2016). *Bijagós: Património Arquitectónico*. Lisboa: Tinta-da-china.
- ALMEIDA, P. & ARAÚJO, S. (2017). 2ª Edição. *Introdução à Gestão de Animação Turística*. Lisboa: Lidel.
- Associação Profissional dos Urbanistas Portugueses, Notas de Apoio sobre Reabilitação Urbana (2012), p. iv.
- AGUIAR, J. (2014, Janeiro). Reabilitação ou Fraude? *Revista Património Urbano* no2, pp.56-69.
- BAPTISTA, Mário (1990). *O Turismo na Economia: Uma abordagem técnica, económica, social e cultural*. Lisboa: Instituto Nacional de Formação Turística.
- BENEVOLO, Leonardo (1995) - *The European City*. Ed. John Wiley and Sons Ltd.
- BRITO, Brígida Rocha. (2004), *Turismo Ecológico: Uma via para o desenvolvimento sustentável em São Tomé e Príncipe*. Tese de Doutoramento em Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais. Lisboa: ISCTE.
- CÂMARA MUNICIPAL DE BISSAU- *Plano Geral Urbanístico de Bissau de 1996 (revisão de 2009)*.
- CÂMARA MUNICIPAL DE BISSAU- *Análise da Situação Urbanística, Construtiva, Infraestrutural e Ambiental na Cidade de Bissau de 2013*.
- CAMPOS, Marcus V. (2008) *Turismo na África: A actividade turística como perspectiva de alternativa futura ao continente*. Pasos-Revista de Turismo y Património Cultural, Vol.6, no1, 121-127.
- CARDOSO, Maria Manuela Lemos e C.(2005). *Importância da criação de infra-estruturas e da formação de recursos humanos no desenvolvimento: os casos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe*. Dissertação de Doutoramento em Estudos Africanos. Lisboa: ISCTE.
- COMOANE, Ana (2007). *Impacto da Política de Desenvolvimento em Turismo- O caso dos PMAs, em Especial Moçambique: Contingências e Estratégias*. Coimbra: Almedina.

- CORREIA, A. A. M. (1949). *Ultramár português*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, Divisão de Publicações e Biblioteca.
- CUNHA, Licínio (2001). *Introdução ao Turismo*. 1a Ed., Editorial Verbo, Lisboa.
- CUNHA, Licínio (2006). *Economia e Política do Turismo*. Editora Verbo, Lisboa.
- CUNHA, Licínio, (2017). *Turismo e Desenvolvimento- Realidade e Perspectivas*. Lisboa: Lidel.
- DOMINGUES, Â., Portas, N., & Cabral, J. (2014). *Políticas Urbanas Vol 1 - Tendências, Estratégias e Oportunidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- FERNANDES, J. M. (2011). *África - Arquitectura e Urbanismo de Matriz Portuguesa*. Lisboa: Caleidoscópio.
- FONTES, F. (2018). *FILicidade: escritos sobre a cidade*. Porto: Luz da Razão.
- FRAGOSO, António (2005) *Desenvolvimento Participativo: uma sugestão de reformulação conceptual*. Revista Lusófona de Educação, no 001, 23-51.
- GUEDES, M. (2011). *Arquitetura sustentável na Guiné-Bissau: manual de boas práticas / ed. CPLP-Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*; Lisboa: IST Press, D.L. 2011.
- GONÇALVES, A. (2006). *Questões de pormenor no planeamento de salvaguarda*. CEDOUA. Consultado em linha:
<https://digitalisdsp.uc.pt/bitstream/10316.2/8686/3/2.pdf?ln=pt-pt>
- GONÇALVES, A. (2011). *Património Urban(ístic)o e Planeamento da Salvaguarda*. Tese de Doutoramento. Apresentada à Universidade de Coimbra.
- HENRIQUES, Cláudia. (2003). *Turismo Cidade e Cultura - Planeamento e Gestão Sustentável*. Lisboa: Edições Sílabo.
- JUMA, M (2018). *Ng'ambo Tuitakayo, the buffer zone we want: articulating heritage values in urban planning of Zanzibar town*. Em Larsen, Perter e Willian Logan (ed.) *World Heritage and Sustainable Development. New Directions in World Heritage Management*. London and New York: Routledge.
- LASH, Scott; URRY, John (1994). *Mobil objects; Mobility, modernity and place; Reflexive objects*. In: *Economies of signs & space*. London: Sage Publications.

- LIMA, S., PARTIDÁRIO, M. (2002), *Novos Turistas e a Procura da Sustentabilidade: um Novo Segmento de Mercado Turístico*, Lisboa: Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica do Ministério da Economia.
- LOBO, S. (2012). *Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa da 1^a República à Democracia*. Tese de Doutoramento. Universidade de Coimbra.
- MATTOSO, J. (dir) (2010). *Património de origem portuguesa no mundo: arquitetura e urbanismo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MAGALHÃES, Rui. (2013). *A caminho do desenvolvimento sustentável. Implementação de um laboratório vivo para a sustentabilidade*, Lisboa: Universidade de Lisboa. Faculdade de Arquitectura.
- MAKUVAZA, S. (ed.) (2017). *Aspects of Management Planning for Cultural World Heritage Sites: Principles, Approaches and Practices*. Springer.
- MASCARENHAS, J. (2018). *Cidades e Territórios - Inteligentes, Sustentáveis e Inclusivas*. Vol 1. Lisboa: Livros Horizonte.
- MATIAS, A. (2007). *Economia do Turismo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- MENDY, F. (2006). *La Ville de Bissau: Amenagement et Gestion Urbaine*. Universite Cheikh Anta Diop de Dakar, Faculté des Letres et Sciences Humaines, Département de Géographie, Thèse de Doctorat, sous la direction du Professeur Cheikh Ba.
- MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS- *Estratégia Política de Desenvolvimento e Plano de Acção da Cidade de Bissau de 2009, Boletim Oficial N°31*.
- MILHEIRO, A. (2011). *O Gabinetes de Urbanização colonial e a arquitetura de promoção pública na Guiné-Bissau durante o Estado Novo*. In José Manuel Fernandes (coord), *África: Arquitectura e Urbanismo de Matriz Portuguesa: conferência internacional*, Universidade Autónoma de Lisboa, 2011. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- MILHEIRO, A. (2011). *Guiné-Bissau*. Porto: Circo de Ideias.
- MILHEIRO, A. (2017). *Arquitecturas Coloniais Africanas no Fim do Império Português*. Lisboa: Relógio d'Água.
- MILHEIRO, A e DIAS, E. (2009), *Arquitectura em Bissau e os Gabinetes de Urbanização colonial (1944-1974)*, Usjt - Arq.Urb - 2º semestre.
- MORAIS, J. e Malheiro, J. (2017). *Arquitecturas Lusófonas*. Lisboa: Caleidoscópio.

- MOTA, A. T. (1954). *Guiné Portuguesa*. Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca.
- MOTA, A., e NEVES, M. (1948). *A Habitação Indígena na Guiné Portuguesa*. Centro de estudos da Guiné Portuguesa.
- MOURA, C. & VEIGAS, C. (2008). *Turismo e Práticas Socioespaciais: Múltiplas Abordagens e Interdisciplinaridades*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.
- NATÁRIO, M., BRAGA, A., REI, C. *A valorização dos recursos endógenos no desenvolvimento dos territórios rurais*, Universidade do Minho 2010. Disponível em: <http://pluris2010.civil.uminho.pt/Actas/PDF/Paper580.pdf>
- OLIVEIRA, G. & SOUZA, L. (2007). *Desenvolvimento Sustentável em Foco, O*. São Paulo: Annablume.
- OLIVEIRA, C., PINTO, J., FERREIRA, L. (2011). *Turismo, Património e Inovação*. Porto: Afrontamento.
- OLIVEIRA, F. P. (2011) - *Regime Jurídico da Reabilitação Urbana*, Coimbra, Ed. Almedina.
- PAIVA, José Vasconcelos; AGUIAR, José; PINHO, Ana. (2006) - Guia Técnico de Reabilitação Habitacional, Lisboa, Instituto Nacional de Habitação e Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Vol. 1, pp. 8, 11, 19, 105.
- PARNELL, Susan & PIETERSE, Edgar (ed.) (2014). *Africa's urban revolution*. Cape Town: UCT Press.
- PINHO, Ana (2009). *Conceitos e Políticas Europeias de Reabilitação Urbana: análise da experiência portuguesa dos Gabinetes Técnicos Locais*, Faculdade de Arquitectura de Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Tese de Doutoramento em Planeamento Urbano; Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/1439>.
- PORTAS, N. (2011) - *Políticas Urbanas II - Transformações, Regulação e Projectos*, Lisboa, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian.
- QUEIROZ, F., e PORTELA, A. (2009) - *Conservação Urbana e Territorial Integrada - Reflexões sobre salvaguarda, reabilitação e gestão de centros históricos de Portugal*, Lisboa, Ed. Livros Horizonte.
- RIBEIRO, J., SANTOS, J. *Produtos do território e desenvolvimento local*, ISEG/UTL 2006. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4754>.
- ROSSA, W. (2015). Urbanismo ou o Discurso da Cidade. In *Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar*. (pp.477-519) Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

- ROSSA, W. (2015). *Fomos condenados à cidade: uma década de estudos sobre património urbanístico*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- ROTH, C.(2004), *Guidance on Urban Rehabilitation, Strasburg: Council of Europe*, pp. 76-92.
- SANTOS, A. (2018) *Reabilitação Urbana e a Sustentabilidade das cidades*. Porto: Vida Económica.
- SILVA, Bubacaran. (2010), *Urbanização na Guiné-Bissau: Morfologia e Estrutura Urbana da sua capital*. Dissertação de Mestrado em Urbanismo. Lisboa: Faculdade de Arquitetura, Urbanismo, Geografia e Artes. Universidade Lusófona.
- UNESCO (2011). *Resolutions – Records of the Genera Conference*. Paris.
- UNESCO. (2013). *New Life For Historic Cities - The Historic Urban Landscape Approach Explained*. Paris: UNESCO.
- UN-HABITAT. (2015). *International Guidelines on Urban and Territorial Planning*. Nairobi: United Nations Human Settlements Programme.
- UN-HABITAT III. (2016). *New Urban Agenda*. In *Conference on Housing and Sustainable Urban Development (Habitat III)*. Quito: Governo da República do Equador.
- VIEIRA, J. (2015) *Eventos e Turismo - Planeamento e Organização*. Lisboa: Edições Sílada.

Outras fontes consultadas

<http://www.hpip.org/Default/pt/Conteudos/Contextos/AfricaSubsaariana/GuineGolfoDaGuineSaoTomeEPrincipe>

http://www.journaldatabase.org/articles/106604/Desenvolvimento_Participa.html

http://www.pasosonline.org/Publicados/6108/PS0108_11.pdf

<https://news.un.org/pt/search/guin%C3%A9>

https://unctad.org/meetings/es/SessionalDocuments/tdb64d2_es.pdf

<https://ibapgbissau.org>

<https://www.who.int/en/>

<http://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2013/10/03/africa-tourism-economic-growth-new-jobs-tourism-investment>

<http://www.odemocratagb.com/?p=12258>

<https://pt.slideshare.net/Cantacunda/histria-da-guin-bissau-em-datas>

http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr14_summary_pt.pdf

<http://documents.worldbank.org/curated/pt/docadvancesearch/docs?&query=&cntry=82593&majorDocTY=906674%2C658101>

<https://www.un.org>

http://www.fmsoares.pt/iniciativas/ilustra_iniciativas/2016/001221/catalogoUrbanidades.pdf

<http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/Paginas/MercadosExternos.aspx?marketId=24>

http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_7284

https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247043_por

Fontes das imagens

Figura 1- MAGALHÃES, Rui. (2013). *A caminho do desenvolvimento sustentável. Implementação de um laboratório vivo para a sustentabilidade*, Lisboa: Universidade de Lisboa. Faculdade de Arquitetura.

Figura 2- <http://www.fbwarchitecten.nl/en/work/projects/ngambo-local-area-plan-zanzibar/>

Figura 3- <https://pt.wikipedia.org/wiki/Guiné-Bissau>

Figura 4- <http://www.africa-turismo.com/mapas/guine-bissau.htm>

Figura 5- <http://www.consulmarbissau.com/pt-pt/aluguel-barco-bijagos>

Figura 6- <http://meusroteiros.com/arquipelago-de-bijagos-guine-bissau-africa/>

Figura 7- SILVA, Bubacaran. (2010), *Urbanização na Guiné-Bissau: Morfologia e Estrutura Urbana da sua capital*. Dissertação de Mestrado em Urbanismo. Lisboa: Faculdade de Arquitetura, Urbanismo, Geografia e Artes. Universidade Lusófona.

Figura 8- <http://www.transafrica.biz/de/countries/guinea-bissau/>

Figura 9- <http://conosaba.blogspot.com/2017/02/carnaval-2017-decorre-sob-o-lema.html>

Figura 10- <http://conosaba.blogspot.com/2019/01/artesaos-da-guine-bissau-pedem.html>

Figura 11- <https://www.facebook.com/thisisguinebissau/>

Figura 12- <https://www.facebook.com/GastronomiaDaGuineBissau/posts/583076775164731>

Figura 13- ANDRADE, D. (2016). *Bijagós: Património Arquitetónico*. Lisboa: Tinta-da-china.

Figura 14- Retirado de *Arquitetura sustentável na Guiné-Bissau: manual de boas práticas* / ed. CPLP-Comunidade dos Países de Língua Portuguesa ; coord. Manuel Correia Guedes. Lisboa: IST Press, D.L. 2011

Figura 15- http://www.usjt.br/arq.urb/numero_02/artigo_ana.pdf

Figura 16- ACIOLY, C. C. (1993) – *Planejamento Urbano, Habitação e autoconstrução: Experiências com urbanização de bairros na Guiné-Bissau*“ Delft: Universidade de Tecnologia de Delft.

Figura 17- MENDY, F. (2006). *La Ville de Bissau: Amenagement et Gestion Urbaine*. Universite Cheikh Anta Diop de Dakar, Faculté des Letres et Sciences Humaines, Département de Géographie, Thèse de Doctorat, sous la direction du Professeur Cheikh Ba.

Figura 18- SILVA, Bubacaran. (2010), *Urbanização na Guiné-Bissau: Morfologia e Estrutura Urbana da sua capital*. Dissertação de Mestrado em Urbanismo. Lisboa: Faculdade de Arquitetura, Urbanismo, Geografia e Artes. Universidade Lusófona.

Figura 19 – Fotografia da Autora (2019).

Figura 20 - Desenho da Autora. Fotografia Aérea de: <https://earth.google.com/web/>

Figura 21 –https://www.timeskuwait.com/Times_Guinea-Bissau

Figura 22– Fotografia da Autora (2019).

Figura 23- <http://angnoticias.blogspot.com/2016/10/transito-rodoviario.html>

Figura 24- Desenho da Autora. Fotografia Aérea de: <https://www.google.pt/maps/place/Guiné-Bissau/>

Figura 25 – Fotografia da Autora (2019).

Figura 26- Retirado de: ACIOLY, C. C. (1993) – *Planejamento Urbano, Habitação e autoconstrução: Experiências com urbanização de bairros na Guiné-Bissau*. Delft: Universidade de Tecnologia de Delft.

Figura 27 –Luís Graça (2001).

https://www.ensp.unl.pt/luis.graca/guine_guerracolonial4_cidades.html

Figura 28 –<https://interlusofona.info/guine-bissau-quer-renegociar-com-senegal-partilha-de-hidrocarbonetos/>

Figura 29 –<https://www.booking.com/hotel/gw/imperio.pt-pt.html>

Figura 30 –Luís Graça (2001).

https://www.ensp.unl.pt/luis.graca/guine_guerracolonial4_cidades.html

Figura 31 –Miguel de Barros (2017). https://twitter.com/debarros_miguel

Figura 32 –<http://conosaba.blogspot.com/2015/12/reabilitacao-do-mercado-central-de.html>

Figura 33- Fotografia da Autora (2019).

Figura 34-

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=2153125594735958&set=pb.100001156141430.-2207520000.1560088206.&type=3&theater>

Figura 35- <https://www.facebook.com/Homens-NovosBairro-Militar-365058187475593/>

Figura 36- Desenho da Autora. Fotografia Aérea de: <https://earth.google.com/web/>

Figura 37- Desenho da Autora. Fotografia Aérea de: <https://earth.google.com/web/>

Figura 38- <https://www.facebook.com/ipnove/>

Figura 39- Desenho da Autora.

Figura 40- Desenho da Autora. Fotografia Aérea de: <https://earth.google.com/web/>

Figura 41 – <https://3roadblog.wordpress.com/2012/09/04/things-fall-apart/>

Figura 42- Albano Barai (2019). <http://faladepapagaio.blogspot.com/2018/06/ceiba-resort-hotel-o-novo-hotel.html>

Figura 43 – http://www.triplov.com/guinea_bissau/guine-bissau/index.htm

Figura 44- Desenho da Autora.

Figura 45 – <http://guineendade.blogspot.com/2018/08/noticias-ao-minuto-maioria-das-salas-de.html>

Figura 46 – http://www.triplov.com/guinea_bissau/guine-bissau/index.htm

Figura 47 – Fotografia de Ailton Shibata (2019). Retirada de: https://www.tripadvisor.pt/Attraction_Review-g293801-d9858689-Reviews-Fortaleza_de_Sao_Jose_da_Amura-Bissau.html#photos;aggregationId=&albumid=101&filter=7&ff=378280334

Figura 48 – Fotografias da Autora (2019).

Figura 49 – Fotografias da Autora (2019).

Quadro 1 – SILVA, Bubacaran. (2010), *Urbanização na Guiné-Bissau: Morfologia e Estrutura Urbana da sua capital*. Dissertação de Mestrado em Urbanismo. Lisboa: Faculdade de Arquitetura, Urbanismo, Geografia e Artes. Universidade Lusófona.

Quadro 2 – <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/977guineabissau.pdf>

Quadro 3 – <https://data.worldbank.org/country/guinea-bissau?locale=pt>

Quadro 4 – MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS- *Estratégia Política de Desenvolvimento e Plano de Acção da Cidade de Bissau de 2009, Boletim Oficial N°31*.

AS IMAGENS DOS ANEXOS SÃO DA MINHA AUTORIA

Anexos

ANEXO I - EDIFICADO DEGRADADO

ANEXO II - EDIFICADO OBJETO DE OBRAS DE RECUPERAÇÃO

Anexo I – Edificado degradado em Bissau









Anexo II – Edificado objeto de obras de recuperação





“A fim de assegurar que as gerações futuras se beneficiem da riqueza dos ecossistemas da Terra, as gerações atuais devem lutar pelo desenvolvimento sustentável e preservar as condições de vida, particularmente a qualidade e a integridade do meio ambiente.”

UNESCO

Declaração sobre as responsabilidades das gerações atuais para com as futuras gerações, adotada em 12 de novembro de 1997 pela Conferência Geral da UNESCO na sua 29ª sessão. Disponível em: URL: <http://www.unesco.org/cpp/uk/declarations/generations.pdf>